

Eliane Thaines

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ABORDAGENS EM
EDUCAÇÃO NA PRÁTICA AMBIENTALISTA DAS
ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS**

Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de Mestre em Educação, tendo como orientador o Dr Elli Benincá.

Passo Fundo

2006

CIP – Catalogação na Publicação

T364e Thaines, Eliane
Educação ambiental: abordagens em educação na prática
ambientalista das organizações não governamentais / Eliane
Thaines. – 2006.
102 f. : il. ; 29 cm.

Orientação: Prof. Dr. Elli Benincá.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo,
2006. 1. Educação ambiental. 2. Organizações não-governamentais.
3. Ecologia. 4. Terceiro Setor I. Benincá, Elli, orientador. II. Título.

CDU : 504:37

Catalogação: bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

Agradeço a meus orientadores-amigos: prof. Dr. Elli Benincá, pela confiança, respeito, compreensão e fonte de inspiração em todos os momentos deste trabalho e fora dele; prof. Dr. Jorge O. Cuéllar, pelo apoio sincero no momento em que mais precisei em minha jornada de ambientalista; prof. Dr. Telmo Marcon, por servir de suporte e incentivo na luta pelo espaço dos movimentos sociais; professora Me. Selina Dalmoro, pela sensibilidade e senso de justiça que me passou durante nossa convivência.

Agradeço a meus companheiros de luta pela causa ecológica das ONGs que fizeram parte de minha história: Rainer O. Muller e Eleonora Diefenbach - da Fundação MO'Á; Paulo F. O. Cornélio, Marco A. Hoffmann, Maria Paula N. Sochan, Lucinda G. Pinheiro, Milene X. Prestes, Fernanda Anzileiro, Leila R. Vieira e Flávia B. da Silva, militantes do Gesp; Carlos E. Sander, Glauco Politta e Clóvis – integrantes do Gegv.

Agradeço a todos os meus professores, funcionários e colegas do mestrado em Educação da Universidade de Passo Fundo, pelo aprendizado mútuo e companheirismo. Em especial à colega e educadora ambiental Luciane D. Rodrigues, pelas reflexões em conjunto sobre a práxis ambientalista.

Agradeço a meus familiares: minha mãe e educadora, Jaira Thaines, e meu pai Manoel Thaines, que estiveram incondicionalmente, nas conquistas e nas perdas, ao meu lado. A meus irmãos Sandra e Laércio, pelas chamadas à realidade e ao conceito de utopia; aos meus sobrinhos, cunhados, padrinhos e demais parentes que me acompanham na jornada da vida. Também agradeço aos meus queridos amigos e amigas, em especial à amiga Ana Dipp, pela coragem de

recomeçar que sempre demonstrou frente às adversidades.

Agradeço aos meus alunos de todas as idades e aos meus colegas de magistério pela troca de experiências e vivências que possibilitaram a ampliação de meus conhecimentos e da minha vontade de superar obstáculos e situações adversas. Em especial à colega e amiga Abadia Giroto que me ensinou a perseverar sempre.

Agradeço também a todos os ECOLOGISTAS, pela causa nobre que defendem - A VIDA, em todas as suas manifestações dentro do planeta TERRA.

“Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da esperança crítica, como o peixe necessita da água despoluída”.

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho propõe uma discussão sobre as abordagens em educação na educação ambiental e sobre a formação do educador ambiental vinculado ao terceiro setor, ou seja, aquele que é militante em organizações não governamentais. Para tanto, é necessário ressaltar que a educação ambiental é um tema em voga na atualidade e, em meio a tantos ecos - ecocidadania, ecopedagogia, ecocidade, ecoracionalidade e atitudes ecologicamente corretas -, deve-se rever a amplitude dessa temática, não a reduzindo ao ambiental através de ações pontuais, bem como se deve reavaliar o significado da palavra “educação” nesse contexto. O trabalho parte de uma contextualização que identifica o quadro socioambiental atual e chega aos desafios tanto de ordem financeira que envolve trabalho voluntário, infra-estrutura precária, pré-conceitos e, em alguns casos, também a falta de reconhecimento na comunidade em que o educador ativista atua. Essas dificuldades salientam-se quando aliadas à ausência de subsídios teóricos e metodologias de ação em educação que interferem nos resultados das ações ambientalistas, promovendo uma distorção do trabalho dos educadores, que muitas vezes são taxados de “ecoloucos” e “biodesagradáveis”. Em um primeiro momento são enfocadas as relações do ser humano com o ambiente nas últimas décadas, e é realizada uma descrição da breve trajetória do movimento ecológico brasileiro até a fixação do mesmo nas organizações não governamentais bem como os mitos e conflitos a que essas organizações estão sujeitas. A seguir aprofunda-se a educação ecológica das ONGs e a educação ambiental na atualidade com seus principais elementos norteadores e dentro da perspectiva freiriana. Também se fez necessário analisar a posição do educador ambiental e a formação “eco-pedagógica” dos educadores ambientais e sua práxis. Proposta a discussão e revisão bibliográfica, parte-se para a metodologia qualitativa em educação ambiental as orientações metodológicas da pesquisa de campo com ONGs ambientalistas e seus educadores ativistas. Dentre os resultados e as discussões da pesquisa de campo merecem ser destacadas: as abordagens em educação na prática ambientalista, trabalho voluntário - paixão no limite, educação ambiental não formal e podas urbanas – recorrendo a um modelo tradicional, educação ambiental informal e o caso da transgenia, e educação ambiental formal: apostando no desenvolvimento infantil. Enfim, a proposta de reavaliação da práxis na formação do educador ambiental é o elemento essencial para efetivar a transformação social e ambiental.

Palavras-chave: educação ambiental; organizações não governamentais; ecologia; terceiro setor.

ABSTRACT

This work proposes a discussion about the education on environmental practices of the Non Governmental Organizations (NGO) and about environmental educator's formation in third sector, that is active militant. The current moment is characterized for crescent preoccupation about environmental education, that turn in vogue and into many ecological prefixes (eco-pedagogic, eco-city, eco-rationality, ecological posture, between others associations) may be review an amplitude of this theme, no reduction this in an environmental transverse punctual actions and revalue the word education for this context. The work starts with contextualizations that identify the actual socio – environmental scenario and amount to financial challenges, voluntary work, peccary structures, preconceptions and in some case also a shortage recognize in the communities of educator activist's actuation. These difficulties point out when it's allied with theory subsidies and methodological action results, possibly a distortion of the ecologist work and many times ecologists are taxed eco-crazy and bio-disagreeable. First moment it focus the human relationships with nature in the last times and brief description of Brazilian ecological movement trajectory until fixation in Non Governmental Organizations, also its myths and its conflicts. Then it makes deeper of ecological education in this organizations and environmental education in actually with its main guide elements into Freirian's perspective. Also was necessary board eco-pedagogical formatio of the environmental educators, after discussion and revision bibliographic, the methodological orientations of the camp research with environmental NGO and its active educators werw approach. Inside on results and discussion of research, detach: the education in the ecological practices approach, voluntary work – passion on limit, non formal environmental education and urban pods – a traditional model, informal environmental education and the case of transgenic and formal environmental education – human growth and praxis propose in formation of environmental educators. Finally, it observed that the reevaluation praxis propose is essential elemental for social and environmental transformation.

Key words: environmental education; non governmental organizations; ecology; third sector.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 MEIO AMBIENTE, MOVIMENTO ECOLÓGICO E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS.....	20
1.1 Abordagens da relação: ser humano e ambiente.....	20
1.2 Breve trajetória do movimento ecológico brasileiro.....	24
1.3 As organizações não governamentais.....	27
2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL VIA MILITÂNCIA ECOLÓGICA.....	31
2.1 O processo de construção da educação ambiental.....	31
2.2 Educação ambiental na perspectiva freireana.....	35
2.3 Formação “eco – pedagógica” de educadores ambientais.....	38
3 A PRÁXIS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	43
3.1 Ciclo de pesquisa.....	45
3.2 A práxis na formação do educador ambiental.....	46
4 DISCUSSÃO E RESULTADOS.....	51
4.1 Algumas entidades de militância direta – atuação nas comunidades.....	51
4.1.1 Fundação MO’Ã – Estudos e Pesquisas para a Proteção e o Desenvolvimento Ambiental.....	52
4.1.2 Gesp/AT – Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas/ Amigos da Terra...	53
4.1.3 Gegv – Grupo Ecológico Guardiões da Vida.....	56
4.1.4 Um “olhar” sobre as ONGs pesquisadas.....	58
4.1.4.1 Educação ambiental formal	60

4.1.4.2 Educação ambiental não formal	60
4.1.4.3 Educação ambiental informal	61
4.2 Concepções dos educadores sobre a educação ambiental no terceiro setor.....	62
4.2.1 O perfil dos educadores ambientais	62
4.2.2 Abordagens educacionais identificadas.....	66
4.3 Potencialidades e desafios na militância ecológica.....	73
4.3.1 - Estratégias de luta: confronto x parcerias.....	73
4.3.2 - Trabalho voluntário: paixão no limite.....	74
4.4 Modelos de educação ambiental no terceiro setor.....	75
4.4.1 - Educação ambiental não formal e podas urbanas: recorrendo a um modelo tradicional.....	75
4.4.2 - A educação ambiental informal e o caso da transgenia.....	78
4.4.3 - Educação ambiental formal: apostando no desenvolvimento infantil.....	85
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
5.1 Educação ambiental, práxis e militância.....	87
5.2 O grito na floresta.....	88
5.3 Conclusão.....	90
REFERÊNCIAS.....	95
ANEXOS.....	99

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Relação que pode ser construída para a transformação da prática pedagógica.....	49
Figura 2	Logotipo da Fundação MO`Ã.....	52
Figura 3	Logotipo do Gesp.....	53
Figura 4	Logotipo do Gegv.....	56
Figura 5	Tempo de atuação em educação ambiental dos educadores entrevistados.....	63
Figura 6	Periodicidade de atuação na ONG.....	64
Figura 7	Considerações do Educador sobre a eficácia da ação de EA.....	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
- AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
- Agenda 21 – Agenda de ações das Nações para o Século XXI
- APA – Área de proteção ambiental
- APUSM – Associação de Professores Universitários de Santa Maria
- COAJU – Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Jacuí
- CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
- CONDEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
- COOVIDA – Cooperativa pela Vida
- CTNBio - Conselho Nacional de Normas Técnicas e Biossegurança
- DNA – Ácido desoxirribonucléico
- EA – Educação ambiental
- EAF – Educação ambiental formal
- EAI – Educação ambiental informal
- EANF – Educação ambiental não formal
- ECO/ 92 ou RIO / 92– Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano
- EIA / RIMA – Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FASE – Fundação de Amparo Sócio-Educativo
- FEBEM – Fundação Educativa para o Bem Estar do Menor
- GDN – Grupo de Defesa da Natureza
- GEGV – Grupo Ecológico Guardiões da Vida
- GESP /AT – Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas – Amigos da Terra

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
ISO – International Organization for Standardization
MO´Ã – Fundação MO´Ã Estudos e Pesquisas para a Proteção e Desenvolvimento Ambi
MP – Ministério Público
NON – Non governamntal organization
OCT - Organização Científica do Trabalho
OGM – Organismo geneticamente modificado
ONGs – Organizações não governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PATRAM – Patrulha Ambiental
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais
PF – Passo Fundo
PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental
REASUL – Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental
REBEA – Rede Brasileira de Educação Ambiental
RPPN – Reserva Permanente do Patrimônio Natural
SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente
UNESCO – Organização das nações unidas para educação, ciência e cultura.
UNILIVRE – Universidade livre
UNIMED – União de Médicos
UFMS – Universidade Federal de Santa Maria
UPF – Universidade de Passo Fundo

INTRODUÇÃO

A ecologia é a ciência que estuda as inter-relações entre os seres vivos e o meio, a interação dos fatores bióticos (seres vivos) e abióticos (fatores físico-químicos) em um ecossistema ou bioma, bem como a evolução, o nicho ecológico e o *habitat* das espécies. Essa ciência foi proposta em 1866, pelo biólogo Ernest Haeckel e permaneceu restrita à área das ciências naturais por longo tempo. Porém, com a explicitação da crise ambiental ao final da década de 1960 a ecologia passou a nortear o surgimento de um movimento social, o movimento ambientalista ou movimento ecológico, que pode ser encarado como um núcleo de resistência ao processo de semiformação e às relações de dominação existente dos seres humanos entre si e com a natureza.

Após muitas lutas o movimento ecológico estruturou-se em um terceiro setor¹, através de organizações não governamentais. Esse fato se justifica em razão da enorme demanda de problemas socioambientais, de modo que nem o poder público nem as entidades privadas davam conta de gerenciar a causa ecológica. O movimento dentro desse terceiro setor teria mais autonomia para manter suas características de luta contra o sistema de dominação e exploração vigentes.

¹ Terceiro setor: conjunto de atividades das organizações da sociedade civil (criadas por iniciativas privadas de cidadãos, com o objetivo de prestação de serviços ao público, como saúde, educação, cultura, habitação, direitos civis, desenvolvimento do ser humano, proteção do meio ambiente e bem-estar social em geral). Entidades sem fins lucrativos, mas em que o possível lucro é reaplicado na manutenção de suas atividades ou distribuídos entre seus colaboradores, jamais sendo apropriado por um dono ou proprietário.

Esse período em que culminam as preocupações ambientais está interligado ao período do “otimismo pedagógico”, apostando-se na educação como fator de transformação e solução dos problemas da humanidade e do planeta. No ambientalismo não é diferente, pois se aposta na criação de uma educação ambiental como fator de reversão do pensamento antropocêntrico e da exploração do meio social e físico-natural, apropriando-se de metodologias educacionais e da sensibilização para a conscientização visando à sustentabilidade planetária.

Segundo Leite (2001), a educação ambiental vai importar da Ecologia uma série de conceitos essenciais ao entendimento das relações no ambiente, do mesmo modo que busca nas artes, na filosofia, na sociologia e na economia, entre outras, conceitos para construir essa imensa rede de relações existentes no âmbito socioambiental, para aplicá-los na conservação ou preservação do ambiente.

Tanto a ecologia quanto a educação ambiental buscam estudar e conhecer o ponto de equilíbrio das coisas, ou seja, o ponto entre o excesso e a escassez, porque ambos os extremos acarretam prejuízos, seja dos recursos naturais, seja das interações ecológicas ou das relações sociais. Portanto, como ambas são áreas relevantes do saber não devem ser consideradas como conhecimentos utópicos, muitas vezes reduzidos a falas e slogans para “salvar o mundo”.

Minha relação com essas temáticas vem de longa data. Cresci em um terreno de conflitos socioambientais, como a disputa de terras e o extrativismo predatório dos recursos naturais, acidentes nucleares, queimadas e desmatamento na floresta Amazônica, devastação da mata Atlântica, morte de sertanistas e de outras pessoas que foram de encontro aos interesses dominantes, bem como a miséria e muita violência nos centros urbanos. Tudo isso, por mais incrível que pareça, é justificado por muitas autoridades como sendo em nome do “(des)envolvimento”², ou ainda, em nome do “progresso” da humanidade.

Também vivenciei na adolescência, embora à distância, o *boom* ecologista centrado na cidade brasileira do Rio de Janeiro através da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano, realizada no ano de 1992, conhecida como Eco 92 ou Rio 92. Nesse evento se encontraram milhares de pessoas representantes de uma diversidade cultural riquíssima, oriundas de diversas nações do mundo, reunidas em torno dos problemas globais, comungando e convergindo idéias de paz, sustentabilidade e solidariedade num ambiente de aceitação e respeito

² (Des)envolvimento: este grifo faz-se necessário porque, em nome do desenvolvimento de mercado e capital, alguns problemas sociais se alastraram, salientando-se *descaso* e falta de *envolvimento* dos dirigentes com esses problemas.

mútuo. Esse movimento alternativo, indicador de uma revolução de mãos limpas, sem arsenais bélicos, define as bases e sustenta a paixão de qualquer adolescente. Assim aqui estou, sonhando e lutando pela continuação e concretização das propostas daquela gente “apaixonada”, que não teve medo de expor seus ideais e comprar briga com os líderes do sistema exploratório vigente.

Iniciei minha graduação em Ciências Biológicas na Universidade de Passo Fundo, onde passei a conhecer e a militar junto a organizações não governamentais, participando então da fundação e estruturação do Grupo Ecológico Guardiões da Vida em 1999. Desse grupo posso dizer que éramos pouco experientes, mas com muita garra; pessoas que atuavam na área forneceram nossa capacitação inicial e hoje o GEGV é uma entidade de grande destaque em Passo Fundo e região.

Em 2000 transferi meu curso para a Universidade Federal de Santa Maria, onde concluí a graduação e realizei o curso de especialização em Educação Ambiental. Nesse período fui membro e colaboradora da Fundação MO`Ã – Estudos e Pesquisas para a Proteção e Desenvolvimento Ambiental. Nessa entidade convivi com grandes “feras” do movimento ecológico, pessoas que através da luta diária contribuíram para a construção de minha práxis ambientalista, pois mobilizavam grandes projetos voltados à reflexão sócio-ambiental, inclusive em acordos internacionais de cooperação.

Já em 2003 trabalhei para a Prefeitura Municipal de Mata – RS e obtive um contato sistemático com outra ONG, a Associação para Preservação Ambiental Banco de Oxigênio, que possuía um enfoque de atuação no meio rural e foi outra experiência fascinante. No ano seguinte retornei a Passo Fundo e passei a militar no Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas / Amigos da Terra, onde culminaram algumas inquietações e idéias advindas de novas experiências na militância.

Alguns conceitos, como práxis, militância, luta, formação, informação, educação e ambiente, foram se ressignificando durante esse percurso, e também surgiram algumas inquietações quanto à estruturação, ao funcionamento das entidades vinculadas ao terceiro setor, a formação do educador ambiental e à eficácia de seu trabalho de educação realizado dentro das ONGs. Nesse sentido, vim busquei no curso de mestrado em Educação da Universidade de Passo Fundo subsídios teóricos para a reflexão e para o encaminhamento de possíveis soluções para essa problemática.

O grande conflito que aflora está vinculado ao conceito de educação ambiental. Esse surge num período caracterizado por alguns autores como “pós-modernidade”³, no qual há uma preocupação com o “todo” através de uma visão chamada de holística por muitos militantes, bem como com a complexidade dos fenômenos, com a inclusão na diversidade, a multidisciplinariedade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. Para garantir que a educação ambiental seja realmente uma proposta interdisciplinar, ainda não estão disponíveis incentivos ou fomento para cursos de graduação em educação ambiental ou para a incorporação de uma disciplina obrigatória de educação ambiental no currículo da educação básica. Assim, a responsabilidade pela sua execução é de todos, mas, por ser de todos, corre o risco de tornar-se genérica e sem profundidade.

O educador ambiental pode advir de múltiplas áreas do conhecimento, inclusive áreas extremamente técnicas, como engenharias, odontologia, advocacia, entre outras. Percebe-se que não há um pré-requisito formal para ser um educador ambiental ativista no terceiro setor, sendo a sensibilidade ambiental o mínimo necessário.

Outro fator relevante é que a crescente preocupação com o ambiente promove o encaminhamento de diversas ações por parte do poder público, da coletividade ou das ONGs que visam à preservação, à conservação e à proteção ambiental. São ações que variam desde as que estão dentro de grandes projetos de recuperação ou preservação de áreas impactadas, mutirões para coleta de resíduos depositados a céu aberto ou para a sensibilização visando à reciclagem desses materiais, preservação dos recursos hídricos e da biodiversidade, especialmente a fauna e a flora, produção de mudas nativas com o intuito de rearboreização ou reflorestamento, até campanhas contra poluição sonora, poluição visual, poluição atmosférica e poluição genética – hoje tarefa relegada a discussões de bioética ou ecoética – e, também, ações de incentivo ao manejo adequado dos recursos naturais, alerta para o uso de agroquímicos e para o uso de produtos tóxicos.

Entretanto, muitas ações não atingem seus objetivos iniciais porque são exclusivamente ambientais ou técnicas, desconsiderando-se a educação da educação ambiental, ou seja, o preparo pedagógico que deveriam ter os educadores ambientais para conseguir sensibilizar, mobilizar ou, até mesmo, conscientizar a população sobre a importância do meio ambiente. Além de serem

³ Pós-modernidade: período definido por alguns autores como um movimento que redirecionaria o pensamento moderno, objetivo, científico, neutro e excludente.

ações pontuais e imediatas, acabam sendo superficiais, e a superficialidade nas abordagens em educação na prática ambientalista, aliada à carência de subsídios teóricos, - em educação, na formação de ativistas de organizações não governamentais, entre outros fatores, pode influenciar a maioria da população nas áreas de sua atuação, levando a interpretar a educação ambiental como simples procedimentos de preservação do ambiente, como, por exemplo, separação do lixo, economia de água ou plantio uma árvore.

Apesar da importância desses procedimentos, se não passarem por reflexão e fundamentação, não bastam para serem entendidos como processos educacionais e comprometem alguns dos princípios norteadores da educação ambiental, entre eles, que é um processo contínuo, interdisciplinar, integrado e que exige a reflexão para o desenvolvimento do senso crítico e da compreensão do ser humano como ser integrante e agente transformador do meio no qual está inserido.

O problema torna-se corriqueiro, pois, ao serem questionadas algumas pessoas da coletividade sobre o que entendem por educação ambiental observa-se que boa parte interpreta meio ambiente de maneira negativa, punitiva e como “empecilho” ao progresso, relatando: “não pode plantar transgênicos, não pode derrubar árvores, não pode caçar, não pode usar agrotóxico, não pode queimar, não pode jogar papel no chão, nem podar o que é nosso a gente pode... tudo por culpa do tal meio ambiente”.

Esse comentário evidencia interpretações equivocadas sobre a temática ambiental por parte da população, fato que pode estar relacionado a abordagens puramente ambientalistas, em virtude da carência de subsídios educacionais na formação de boa parcela dos ambientalistas atuantes na educação ambiental não formal e informal. Na verdade, a educação ambiental como forma de educar, deveria ser um processo de libertação tanto de educadores ambientais como dos educandos, rompendo com um dos mecanismos de alienação por intermédio da inculcação proporcionada pela chamada “indústria cultural” com forte eixo consumista e desenvolvimentista.

Para resgatar essa proposta, salienta-se nesta dissertação a preocupação com as abordagens realizadas pelos educadores ambientais das organizações não governamentais porque estas são representações sociais com grande poder de mobilização, além de serem entidades formadoras de opinião. Alguns questionamentos são levantados quanto à formação desse educador ativista, suas bases teóricas e a profundidade de seus saberes, sendo necessário muito mais que “paixão” ao se tratar da problemática socioambiental, da preservação dos recursos

naturais e da biodiversidade, de estudos sobre potencialidades locais rumo ao desenvolvimento sustentável e de métodos que visem à sensibilização da população, apesar de todos os problemas e conflitos que a cercam.

A reflexão sobre a prática deve ser constante para se compreender o ambiente na sua totalidade, de forma integrada e multidisciplinar, a fim de que a construção de uma sociedade mais justa e de um ambiente ecologicamente equilibrado seja realmente possível. Assim, é necessário resgatar a importância da educação na prática ambiental para que o tema seja abordado de maneira séria, aumentando sua eficácia na sensibilização das comunidades das áreas de atuação das ONGs.

Partindo dessas inquietações, propôs-se como objetivo geral: contribuir para a promoção da educação ambiental de forma séria, plena e comprometida dentro das ONGs, visando à melhoria ambiental e social através da avaliação das metodologias educacionais e da práxis dos educadores ambientais vinculados ao terceiro setor. Para tanto, realizou-se uma investigação teórico-prática para identificação e análise das abordagens em educação na educação ambiental, bem como da formação, militância e práxis do educador ambiental ativista em ONGs, vinculado ao terceiro setor. Para atingir esse objetivo o caminho metodológico percorrido partiu da leitura de alguns autores, tais como Freire (1997), Gamboa e Filho (1998) e Thiollent (2000).

A partir de então, optou-se por uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, ou seja, que estimulou os entrevistados a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito, fazendo emergir aspectos subjetivos e atingindo motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea.

Inicialmente, foram realizadas observações do trabalho de educação ambiental de ONGs ambientalistas de ação conjunta com a comunidade local: Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas e Grupo Ecológico Guardiões da Vida, atuantes na região de Passo Fundo e a Fundação MO'Á – Estudos e Pesquisas para a Proteção e o Desenvolvimento Ambiental, atuante na região de Santa Maria, todas no estado do Rio Grande do Sul. Por meio de um questionário que antecedeu as entrevistas, pôde-se esboçar um perfil dos educadores ambientais nas ONGs.

Além da pesquisa de base empírica, também foi realizada a pesquisa documental nas entidades e entrevistas semi-estruturadas com os educadores ambientais militantes e vinculados a essas entidades ambientalistas, as quais foram gravadas e posteriormente analisadas, autorizadas por um termo de consentimento livre e assistido (anexo).

O planejamento das entrevistas foi baseado em Freire (1974), que propôs uma discussão sobre métodos de pesquisa, salientando que há necessidade de se conhecer a realidade concreta, a qual é mais que fatos isolados, visto que inclui um processo de percepção dessa realidade pelas pessoas que a compõem, é, portanto uma conexão entre subjetividade e objetividade. Além disso, as pessoas precisam participar da pesquisa como investigadoras, não como meros objetos.

1 MEIO AMBIENTE, MOVIMENTO ECOLÓGICO E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

1.1 Abordagens da relação: ser humano e ambiente

Ao longo da breve, mas intensa, trajetória humana na Terra observam-se diversos enfoques na relação dos seres humanos entre si e com o ambiente. Segundo Cruz (2000), nosso planeta tem aproximadamente cinco bilhões de anos; a vida surgiu há cerca de 3,6 bilhões de anos e o primeiro hominídeo, há mais de 3,9 milhões de anos (o *Australopithecus*, encontrado através de fósseis no leste da África); o ancestral mais próximo do homem atual (*Homo sapiens*) apareceu há cerca de quarenta mil anos. Assim, a espécie humana é uma das mais jovens se comparada com a biodiversidade planetária.

Nesse sentido, Boff (2004) aponta que o *Homo sapiens/demens* (que, por suas ações, revelou duas faces de sua personalidade evolutiva: de um lado, o *sapiens* dotado de sabedoria, e de outro, o *demens* entregue à demência e à crueldade), do qual somos herdeiros imediatos, emergiu carregando no tecido de seu corpo e nas incisões da sua *psique* a história bilionária de todo o universo, e hoje o ser humano, estarecido, coloca a questão da grande ameaça que pesa sobre todo o sistema Terra.

As primeiras comunidades de seres humanos, nômades, mantinham uma relação equilibrada com o ambiente, utilizando-o como meio de subsistência, de onde obtinham alimentos através da caça e pesca. Muitos até divinizavam elementos naturais via rituais de

adoração, como da lua, do mar, de montanhas, do sol e de árvores. Alguns teóricos denominam essa visão como “romântica”, na qual o ser humano estava à mercê dos “desejos” da mãe natureza ou de Gaia⁴.

Entretanto, com o crescimento da população os seres humanos começaram a acumular resíduos orgânicos (cascas, fezes e restos alimentares), que iniciaram a poluição ambiental, ou seja, passou-se a uma situação de risco, porque a deposição de resíduos ultrapassou o ponto de saturação, visto não conseguirem mais serem degradados naturalmente pelo meio. Também houve a necessidade de fixação das comunidades, geralmente próximas aos rios, porém a caça e pesca não atendiam à demanda alimentar. Iniciaram-se, então, pequenos cultivos de plantas e domesticação de animais, originando o sistema agropastoril. Era forte a influência da figura feminina, quase sagrada, porque se relacionava à manutenção da vida, assim como em Gaia os homens iam a caça e as mulheres guardavam as sementes e as cultivavam com amor para que a “Mãe Terra” se encarregasse da germinação da nova vida.

De acordo com Thaines (2006), a necessidade cada vez maior de alimentar a população crescente a deposição de resíduos a céu aberto e a ausência de saneamento básico geraram intenso impacto. Os habitantes das primeiras cidades acreditavam que a água levava e lavava todos os resíduos; assim, depositavam seu “lixo” nos cursos de água, nascentes, lagos e rios sem hesitar. Com isso, ocorreu um aumento dos macrovetores transmissores de doenças, como insetos e ratos que encontravam abrigo e alimentos nos entulhos e dejetos da população, juntamente com a proliferação de microvetores, tais como bactérias, micróbios e outros patógenos, que causaram grandes epidemias como a peste bubônica, com milhares de mortes e uma série de mitos, como, por exemplo, a lenda “O Flautista de Hamelim”⁵. Nesse contexto, observa-se ainda uma relação mítica do ser humano com o ambiente.

Apesar das primeiras cidades terem surgido há aproximadamente 3.500 anos a.C., em consequência da agricultura, é a partir da Revolução Industrial no século XVIII, na Europa, que ocorre o processo de urbanização moderno. Nos países dos demais continentes, esse fenômeno foi intensificado após a Segunda Guerra Mundial e está diretamente ligado à industrialização e ao

⁴ Gaia: é a Terra interpretada como um macroorganismo vivo, referente à mitologia grega e à moderna cosmologia.

⁵ “O Flautista de Hamelim”: estória infantil de autoria dos Irmãos Grimm, que revela a preocupação com a invasão de ratos no início da idade moderna.

capitalismo. Prova disso é que a população humana praticamente dobrou nos últimos cinquenta anos, também se multiplicando a miséria e a pobreza nas nações.

Esse fenômeno, aliado ao desenvolvimento das ciências exatas pelo modelo cartesiano⁶ de Descartes e das ciências naturais, juntamente com o espírito positivo⁷ de Augusto Comte, condicionou uma relação de dominação do ser humano sobre a natureza e sobre outros seres humanos, num crescente antropocentrismo, - o ser humano como centro -, que buscava reforço até em passagens bíblicas como no episódio da criação e julgando uma possível superioridade humana sobre toda a biodiversidade. Esta, estaria, então subordinada a suas inconseqüências, o androcentrismo ou cultura do machismo _ o homem como centro _ e a objetificação da natureza com vistas a decifrá-la e explorá-la para uso e abuso das necessidades e desmandos desse ser antropocêntrico e androcêntrico. Essa visão exploratória e o desenvolvimento tecnológico e científico chegaram a ponto de, em nome do desenvolvimento, a humanidade passa a adotar modelos empregados na Revolução Industrial como o fordismo⁸ e o taylorismo⁹ nas relações sociais e educacionais.

⁶ Modelo cartesiano: modelo baseado, inicialmente, no pensamento de Descartes que exerceu uma influência vasta no mundo cultural francês e europeu. O cartesianismo indicou uma mentalidade (racionalista-matemática) investigativa sobre as partes, fragmentando o todo, principalmente nas ciências exatas e naturais. Esse modelo, aplicado às ciências sociais, especialmente à educação, trouxe graves conseqüências para o ensino, como as especialidades, as disciplinas isoladas e o horário curricular.

⁷ Espírito positivo: Comte caracteriza o espírito positivo como “estado definitivo de positividade racional”, apontando que ser positivo é ser racional e ser racional é ser científico. As características da racionalidade científica são norteadas pelas seguintes leis do espírito positivo: a subordinação constante da imaginação à observação, a natureza relativa que não se apegas a dogmas, a previsão racional e a extensão universal do dogma fundamental da invariabilidade das leis naturais – fenômenos observáveis.

⁸ Fordismo: conjunto de princípios desenvolvidos pelo empresário norte-americano Henry Ford, em sua fábrica de automóveis, com o objetivo de racionalizar e aumentar a produção, sinônimo de produção em série. O novo sistema de propriedade, dividido em ações, cria o anonimato do dono real do negócio.

⁹ Taylorismo: segundo Proença (1993), no início do século XX, o engenheiro americano F. W. Taylor foi um dos primeiros a utilizar um método de organização objetiva do trabalho, conhecido no Brasil, a partir dos anos 30, por organização científica do trabalho, ou simplesmente taylorismo, obtendo grande repercussão na industrialização nascente. Muito jovem, preocupou-se com o esbanjamento de tempo, que significava para ele o tempo morto na produção. Assim, ele iniciou uma análise racional, do tipo cartesiana, por meio da cronometragem de cada fase do trabalho, eliminando os movimentos muito longos e inúteis. Desta forma, conseguiu dobrar a produção.

Também o desenvolvimento da burguesia fortaleceu-se com o sistema capitalista¹⁰, e com isso, inúmeros problemas ambientais, decorrentes de problemas sociais, o consumismo é um deles. Esse problema está vinculado ao padrão de excesso de consumo gerado e incentivado pela indústria cultural formada em decorrência do capital, que pode ter como mecanismo de inculcação cultural e alienação, a mídia, manifestada especialmente na realidade dos países ditos “em desenvolvimento”.

Ocorreram, então, algumas graves catástrofes, como, por exemplo, na Inglaterra, em decorrência da poluição industrial, quando uma nuvem de poluentes e gases tóxicos impediu a penetração dos raios solares e a floração primaveril. Em decorrência disso, alguns pássaros se calaram e muitas espécies da fauna tiveram sua existência comprometida, bem como pessoas expostas à poluição desenvolveram várias doenças respiratórias. E, então, que surge a obra de denúncia que é tida como marco inicial do movimento ecológico, *Primavera silenciosa* de Rachel Carson, em 1962.

Além da poluição industrial que contaminou a atmosfera, o solo e os recursos hídricos, os acidentes nucleares, por exemplo, através da bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki¹¹ e da contaminação pelo elemento radioativo Césio 137, em Cubatão, que vitimou milhares de pessoas, contribuíram para que fossem revistas as relações entre seres humanos com o meio. A ameaça à sobrevivência da própria espécie ocasionou algumas mudanças no discurso dominante. Escritores, professores e cientistas protestaram, alertando o mundo e as autoridades, que se reuniram em encontros, eventos e conferências, propondo acordos internacionais e tratados visando à preservação ambiental.

A legislação das Nações foi reavaliada e alguns termos passaram a ter popularidade, como, por exemplo, “ecologia”, que havia sido proposto como ciência que estuda as inter-relações entre os seres vivos em seus ambientes desde 1866 pelo biólogo Ernesto Haeckel. Uma série de eventos e encontros foram desencadeados no mundo todo, entre eles o relatório “Os

¹⁰ Sistema Capitalista: pode ser identificado como o sistema econômico que se caracteriza pela propriedade privada dos meios de produção. Teoricamente, o Estado tem pouca interferência e a produção e distribuição das riquezas, são regidas pelo mercado, no qual, em tese, os preços são determinados pelo livre-jogo da oferta e da procura.

¹¹ Hiroshima e Nagasaki: cidades japonesas nas quais os Estados Unidos lançaram bombas atômicas para pôr fim à Segunda Guerra Mundial, matando milhares de pessoas e comprometendo o futuro genético daquelas regiões.

limites do crescimento”, publicado pelo Clube de Roma¹², a I Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo no ano de 1972. Assim, nomeando a educação ambiental como um dos elementos mais críticos para se combater a crise ambiental global e elaborou-se a Carta de Belgrado em 1975, pela qual ocorreu a formulação de princípios básicos para um Programa de Educação ambiental pela Unesco.

Reigota (2003) ressalta que, diante da atual conjuntura política, econômica, cultural e ecológica mundial, a humanidade se vê obrigada a redefinir seu modelo de desenvolvimento e de educação, tendo em vista garantir a sustentabilidade não só dos seus recursos naturais, mas também a dos seus cidadãos. A educação visando ao desenvolvimento sustentável fundamenta-se principalmente nos aspectos socioéticos, não nos produtivos e econômicos, que estão subordinados aos dois primeiros.

Os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável, que pressupõem um equilíbrio entre desenvolvimento e ambiente, surgem para frear o impulso de exploração descontrolada amparado na frase padrão do *capitalismo selvagem*: _ “desenvolvimento a qualquer custo” _ e no imediatismo da busca do lucro, incorporando novos elementos para retorno a médio e longo prazo.

1.2 Breve trajetória do movimento ecológico brasileiro

Segundo Andrade (2001), no Brasil há evidências de que a preocupação com a degradação ambiental surgiu no segundo século de colonização, através de manifestações do cronista e senhor de engenho Ambrósio Fernandes Brandão e frei Vicente Salvador, denunciando o uso intensivo do solo. Porém, foi durante o final do período republicano que se criaram três documentos importantes sob o viés ecológico: o Estatuto da Terra (lei 4.505, de 30/11/64), o Código Florestal (lei 4.771 de 1965) e a Política Nacional de Saneamento (diversas leis e decretos criados entre 1965 e 1969).

¹² Clube de Roma: clube que nasceu em 1968, congregando cientistas, economistas, entre outros pesquisadores. Em 1972, o Clube de Roma publicou o seu relatório *The Limits of Growth* (Os limites do Crescimento), que alertava para o fato de que a humanidade teria, obrigatoriamente, um limite de crescimento com o modelo econômico então praticado, baseado no consumo exacerbado e altamente concentrado em poucas nações.

Esses documentos reservaram legalmente direitos de proteção das florestas e vegetação, impondo limites para sua derrubada e seu manejo, bem como normas que visavam garantir a saúde ambiental e pública, enquadrando irregularidades como crimes sujeitos à sanção e punição. A implantação desses antecedeu o desenvolvimento do Movimento Ambientalista Brasileiro, em meados da década de 70, no contexto da ditadura militar, tendo como um marco histórico a criação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, por vários militantes ambientalistas coordenados por José Lutzemberger, em 1971. A Agapan foi a primeira associação ambientalista não governamental surgida no Brasil e na América Latina.

Houve, ainda, forte influência internacional em razão da Carta de Belgrado, em 1975, a qual preconizou a necessidade de uma nova ética global, capaz de promover a erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição, da exploração e da dominação do homem. Também, vários cursos voltados às questões ambientais em universidades brasileiras foram criados e em 1983, o decreto n.º 88.351/83 regulamentou a lei n.º 226/87, que determina a necessidade da inclusão da Educação Ambiental nos currículos escolares de 1º e 2º graus.

A seguir, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, Capítulo VI – “Do Meio Ambiente”, inciso VI, destacou a necessidade de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do ambiente”. Decorreram disso discussões em nível nacional, com registro de diversos seminários e encontros para a promoção da educação ambiental. Em 1992 foi realizada a Conferência Eco-92 _ na cidade do Rio de Janeiro _ , que estabelece uma proposta de ação, denominada Agenda 21, ou seja, um conjunto de necessidades que deveriam ser atendidas no século XXI.

Em 1994, o Presidente da República aprovou o Programa Nacional de Educação Ambiental, cujos princípios estão baseados no fato de a educação ambiental ser um dever constitucional do poder público incluindo a participação da comunidade. O Pronea destina-se a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade _ ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política _ ao desenvolvimento do país, resultando em melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do envolvimento e participação social na proteção e conservação ambiental e da manutenção dessas condições ao longo prazo. Nesse sentido, assume as seguintes diretrizes do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Educação: transversalidade,

fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente e dos sistemas de ensino, sustentabilidade, descentralização espacial e institucional, participação e controle social.

Com o respaldo legal e a parceria com o poder público, nas últimas décadas o movimento adquiriu nova forma e consistência, incluído nos novos movimentos sociais, que, segundo Santos (1994), denunciam, com uma radicalidade sem precedentes, os excessos de regulação da modernidade. Tais excessos atingem não só o modo como se trabalha e se produz, mas também o modo como se descansa e se vive; a pobreza e as assimetrias das relações sociais são a outra face da alienação e do desequilíbrio interior dos indivíduos; e, finalmente, essas formas de opressão não atingem especificamente uma classe social, mas grupos sociais transclassistas ou, mesmo, a sociedade no seu todo.

O movimento ambientalista foi (e ainda é) marcado por protestos, indignação, resistência e luta contra o sistema vigente de exploração da natureza e do ser humano; assim, em busca de ações mais efetivas, a militância estruturou-se em sua grande maioria nas organizações não governamentais, com uma equipe multidisciplinar, geralmente voluntária e, principalmente, “apaixonada” pela causa. A estruturação nas ONGs como um terceiro setor (alternativo) advindo da organização da sociedade civil ocorreu porque nem o poder público, nem as organizações privadas estavam dando conta da imensa demanda de problemas socioambientais.

Essa estruturação do movimento permitiu a inserção dos ambientalistas para representar a sociedade na definição e implantação de políticas ambientais em conselhos municipais e regionais, como, por exemplo, o Conselho de Meio Ambiente, Saúde, Desenvolvimento, Comitês de Bacias Hidrográficas (participando das decisões sobre o uso e destino da água na região). Também, motivou o estabelecimento de parcerias para projetos de proteção e desenvolvimento ambiental com outras entidades governamentais, privadas ou do terceiro setor.

O terceiro setor é definido como o conjunto de atividades das organizações da sociedade civil, criadas por iniciativas privadas de cidadãos, com o objetivo de prestação de serviços ao público, como saúde, educação, cultura, habitação, direitos civis, desenvolvimento do ser humano, proteção do meio ambiente e bem-estar social em geral. São entidades sem fins lucrativos, mas em que o possível lucro é reaplicado na manutenção de suas atividades ou distribuído entre seus colaboradores, jamais sendo apropriado por um dono ou proprietário.

Muitas ONGs já fizeram história e atualmente no Brasil, de acordo com a Abong (2005), são 270 ONGs associadas com destacada atuação na esfera pública em áreas como direitos

humanos, políticas públicas, questões agrárias e agrícolas, questões urbanas, desenvolvimento regional, meio ambiente e ecologia.

1.3 As Organizações não governamentais

Rezende (2005) aponta que a expressão “ONG” surgiu pela primeira vez na Organização das Nações Unidas, após a Segunda Guerra Mundial, com o uso da denominação em inglês *Non-Governmental Organizations (NGOs)* para designar organizações supranacionais e internacionais que não foram estabelecidas por acordos governamentais.

A função principal destacada nas ONGs consiste em apoiar movimentos sociais e organizações populares de base comunitária, com objetivo de promoção da cidadania em geral; defesa e proteção de direitos; luta pela democracia política e social; proteção a segmentos sociais excluídos e marginalizados; fortalecimento da sociedade civil, com ênfase nos trabalhos de educação popular; elaboração e monitoramento de políticas públicas, com forte atuação junto ao Estado, à sociedade e à imprensa.

Enfim, são aquelas instituídas com o objetivo de contribuir para a construção de um mundo mais justo, solidário e sustentável. São assim consideradas, especialmente, aquelas entidades que se associam à Associação Brasileira de ONGs (Abong), instituída em 1991. Segundo a Abong (2005), essa associação surge como forma de representar coletivamente as ONGs junto ao Estado e aos demais atores da sociedade civil; tem como principal objetivo é representar e promover o intercâmbio entre as ONGs empenhadas no fortalecimento da cidadania, na conquista e expansão dos direitos sociais e da democracia.

Entretanto, de acordo com Rezende (2005), não existe na legislação brasileira a definição do que sejam as organizações não governamentais, conhecidas, normalmente, como ONGs. Esta denominação não se aplica, portanto, juridicamente. No Brasil, as formas jurídicas para a constituição de pessoas jurídicas de direito privado (ou das chamadas organizações da sociedade civil, o que não significa, necessariamente, ONG).

Essas organizações estão classificadas em: sociedades, simples e empresárias, com fins lucrativos (mercado); partidos políticos; fundações, privadas, instituídas com objetivos não

lucrativos (instituídas para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência); associações, constituídas pela união de pessoas para fins não econômicos; existem as que são conhecidas como "organizações não governamentais (ONGs)". Toda ONG é uma associação civil, mas nem toda organização privada sem fins lucrativos ou para fins não econômicos é uma ONG, a exemplo dos clubes, hospitais e escolas privados filantrópicos, sindicatos, movimentos sociais, universidades privadas, cooperativas, entidades ecumênicas e assistenciais, fundações empresariais, associações civis de benefício mútuo, entre outras.

Segundo Carvalho (2000), ao tomar-se como exemplo projeto de cooperação multilateral, verifica-se que este supõe a participação das ONGs, seja como prestadoras de serviços na execução de subprogramas ligados à ação junto às comunidades na área de ação do projeto (ações de educação ambiental), seja, ainda, na forma de comitês ou grupos de trabalho gestores.

As ONGs têm caráter de lutar para democratizar benefícios na sociedade civil, porém, devido à queda da burocratização, surgem alguns mitos e até conflitos associados a esse fragmento do terceiro setor através de organizações de “fachada”. Inclusive ao pesquisar na internet, verifica-se a existência de várias ONGs, fundadas sem a mínima burocratização (como a prestação de contas) característica do terceiro setor, que são “fantasmas”, ou seja, não apresentam resultados em seus trabalhos, de modo que podem funcionar como canais de arrecadação de dinheiro e ao invés de beneficiar a sociedade, acabam por beneficiar um grupo “seleto” de pessoas.

Destaca-se aqui que esse não é o caso das entidades estudadas nesta dissertação, mas não se pode negar que essa conduta existe em larga escala tanto no Brasil como no mundo, fazendo com que, mais uma vez, o movimento ambientalista perca força. Portanto, reforça-se a necessidade de um bom preparo por parte do educador, inclusive realizando suas práticas com coerência e compromisso social. Não se pode ignorar que o discurso antiecologista baseia-se também na existência dessas ONGs de “fachada” e, assim, fortalece-se e cresce monstruosamente, apoiado pelo sistema de dominação vigente, tanto é que em pleno mês de abril do ano de 2005, podem-se observar na *homepage* do produtor rural fragmento do livro *Máfia verde: o ambientalismo a serviço do governo mundial*”.

A obra menciona a seguinte teoria:

Em toda história de nosso planeta, jamais a natureza esteve em “equilíbrio”. A natureza vivente configura um processo de crescimento constante que, no decorrer do tempo geológico, tem-se tornado mais rápido e intenso. A Atmosfera atual, de 21% de oxigênio, evoluiu unicamente devido à ação de organismos fotossintéticos. A fotossíntese foi um grande e fundamental avanço tecnológico para a vida, tornando possível a multiplicação do consumo de energia por parte da matéria viva. Contudo o oxigênio era um “poluente” na época, especialmente venenoso para as bactérias que habitavam os oceanos. *Se os ambientalistas estivessem presentes e fossem tão bem sucedidos como os colegas do presente, certamente se oporiam à produção de oxigênio na época e ao processo de fotossíntese, lutando para que a vida na Terra fosse mantida no nível de bactéria.* (CARRASCO, 2005, p.10 – grifo do autor)

Além dessa teoria inicial, podem-se identificar no decorrer da leitura da obra trechos que deturpam a “Pedagogia do oprimido” de Paulo Freire, bem como distorce a atuação de José Lutzemberger, ecologista fundador da Agapan. É óbvio que as organizações não governamentais e ambientalistas que desempenham um trabalho sério em benefício da comunidade, consideraram um insulto e desrespeito tais afirmações.

Portanto, o livro está em processo de censura, porém seus postulados e interpretações absurdas multiplicam-se assustadoramente entre a população, tais como:

Junto com Paulo Freire, o outro elemento central que contribuiu para a criação da ideologia anticristã ocidental - que substitui a premissa central do cristianismo, de que o homem é um ser criado à imagem e semelhança do Criador, pela adoração irracional da “Mãe-Terra”, professada pelo MST - é a Teologia da Libertação, com suas raízes intelectuais no existencialismo do filósofo pró-nazista Martin Heidegger, com seus gurus Leonardo Boff, Frei Betto e o próprio Dom Pedro Casaldáliga, que já afirmou: “Quando fizerem minha autópsia, irão encontrar terra no fígado e no coração”. (CARRASCO, 2005, p.13 – grifo do autor)

Essa obra é uma tentativa de fortalecer a alienação onipresente pela inculcação ideológica de um sistema exploratório e dominante, retrógrado e autoritário, reforçando a relação existente entre opressor-oprimido e instigando um movimento destruidor e contra-ecológico. Mas qual é a intenção de transcrever esse trecho da obra? Aqui é fazer um alerta à militância ambientalista para que conheça o discurso do inimigo e prepare-se para o embate.

As ONGs, assim como todas as mudanças e novidades, geram insegurança, medo do desconhecido e podem enfrentar resistência por parte do senso comum. Contudo, deve-se lembrar que o caos precede uma nova ordem e consiste em elemento vital; a própria vida é resultado do caos, do desequilíbrio e das mudanças. Outros fatores que fortalecem os mitos a respeito das ONGs são os mesmos que estão arraigados na trajetória dos movimentos sociais alternativos porque comprometem a estabilidade do sistema.

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL VIA MILITÂNCIA ECOLÓGICA

2.1 O Processo de construção da educação ambiental

A educação ambiental surge como uma alternativa de manter o equilíbrio natural, tendo em 1889 Patrick Geddes como fundador. Todavia, ganhou novas dimensões como contraponto à crise ecológica estabelecida ao final da Segunda Guerra Mundial, quando os países do chamado “mundo desenvolvido” iniciaram uma intensa expansão econômica, formando o padrão de industrialização e consumo. Posteriormente, a EA estabeleceria suas diretrizes em um período defendido por alguns teóricos como “pós-modernidade”, dentro da perspectiva de uma visão holística¹³, integrada, interdisciplinar e inclusiva como alternativa eficaz para a contenção dos danos planetários.

Dentre os inúmeros eventos e encontros que caracterizam a educação ambiental são citados como principais a Conferência de Estocolmo em 1972, que apresentou como finalidade da educação ambiental: “formar uma população mundial consciente e preocupada com o

¹³ Visão holística: muitos autores afirmam que a ideia do holismo está subjacente a várias concepções filosóficas ao longo de toda a evolução do pensamento humano. O termo “holismo” origina-se do grego *holos*, que significa todo. No século VI antes de Cristo, o filósofo Heráclito de Éfeso já dizia "A parte é diferente do todo, mas também é o mesmo que o todo. A essência é o todo e a parte". A visão holística vem se colocar na época atual como uma alternativa à frieza e à fragmentação de uma civilização calcada em padrões competitivos e centrados na obtenção de bens materiais, é uma visão de mundo que vem se contrapor à visão dualista, fragmentadora e mecanicista que despojou o ser humano da sua unidade, ao longo desses séculos de civilização tecnológica e de racionalismo exacerbado.

ambiente e problemas com ele relacionados, e que possua os conhecimentos, as capacidades, as atitudes, a motivação e o compromisso para colaborar individual e coletivamente na resolução de problemas atuais e na prevenção de problemas futuros". Já a formulação de princípios básicos para um Programa Mundial de Educação ambiental foi realizada em 1975, em Belgrado por meio da Carta de Belgrado, que preconizou uma nova ética planetária para diminuir a pobreza, o analfabetismo, a fome, a poluição, a exploração e a dominação humana.

Segundo Thaines (2005), na Conferência de Tbilisi, em 1977, definiram-se objetivos, funções, estratégias, características, princípios e recomendações para a EA, que deve ser desenvolvida na educação formal e informal, sobre bases interdisciplinares e voltada para os problemas ambientais do cotidiano. A educação ambiental foi definida como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a solução dos problemas concretos do meio ambiente, através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade.

Em Moscou, em 1987, a EA foi definida com base na modificação de comportamento e nos campos afetivos e cognitivos. Apontou-se um plano de ação para a década de 1990, como desenvolvimento de um modelo curricular, de novos recursos instrucionais, capacitação de docentes e licenciados em EA, melhora da qualidade de mensagens ambientais transmitidas pela mídia, capacitação de especialistas mediante pesquisa, dentre outras medidas não menos importantes. Para a Unesco, a educação ambiental é um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros.

Outro importante evento foi no Rio de Janeiro, em 1992, onde o conceito de educação ambiental definido pela comissão interministerial na preparação da ECO-92.

Tal conceito indica que:

A educação ambiental se caracteriza por incorporar as dimensões sócio-econômica, política, cultural e histórica, não podendo se basear em pautas rígidas e de aplicação universal, devendo considerar as condições e estágios de cada país, região e comunidade, sob uma perspectiva histórica. Assim sendo, a Educação Ambiental deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente e interpretar a interdependência entre os diversos elementos que conformam o ambiente, com vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio na satisfação material e espiritual da sociedade, no presente e no futuro. (BRASIL. 1992, p. 01)

Também nesse momento histórico, houve a aprovação de cinco acordos internacionais: 1. Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; 2. Agenda 21¹⁴; 3. Declaração Florestal; 4. Quadro sobre Mudanças Climáticas; 5. Convenção sobre Diversidade Biológica. Aprovação da Carta Brasileira de EA.

Em setembro de 2002, as Nações Unidas realizaram a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (também conhecida como Rio+10), em Joanesburgo, na África do Sul, reunindo líderes mundiais, cidadãos engajados, agências das Nações Unidas, instituições financeiras multilaterais e outros grandes atores, para avaliar a mudança global desde a histórica Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (também conhecida como a Cúpula da Terra, ou Rio-92).

Entretanto, alguns anos após o último encontro pouca coisa foi feita, pois mesmo depois de os governantes terem concordado com as propostas acima mencionadas, apenas quarenta nações cumpriram com a promessa. Hoje os desastres são ainda maiores: animais estão cada vez mais ameaçados de extinção, florestas, ar e água estão mais escassas; as emissões de carbono, responsáveis pela mudança climática e pelo aquecimento global, cresceram 10%. Verifica-se, assim, que ainda se necessita de práticas mais eficazes de educação ambiental.

Nesse sentido, de que maneira a educação ambiental repercute no Brasil?

¹⁴ Agenda 21: é um projeto com a meta de encontrar uma forma de desenvolvimento, entre proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica, ou seja, ter crescimento econômico e desenvolvimento sustentável (buscar satisfazer às necessidades atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras, e também utilizar recursos naturais sem causar prejuízo às produções, usando a natureza sem degradá-la).

A definição oficial de educação ambiental do Ministério do Meio Ambiente é de um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir – individual e coletivamente – e resolver problemas ambientais presentes e futuros.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente define a educação ambiental como um processo de formação e informação orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais e de atividades que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental.

A lei federal nº. 9.795 de 1999 define a educação ambiental como “o processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

Reigota (1997) aponta que, felizmente, tem-se tornado senso comum entre os educadores ambientalistas brasileiros a idéia de que a educação ambiental é uma educação política que visa à construção da cidadania. Quando uma idéia complexa e radical se torna senso comum, corre sério risco de se tornar um clichê ou um *slogan* a mais, repetido por muitas pessoas, perdendo, nos muitos casos, a sua veracidade e autenticidade, ou seja, torne-se vazia de significados aglutinadores e transformadores do cotidiano.

A idéia de educação ambiental, com esses princípios, enfrenta os totalitarismos e autoritarismos, políticos e científicos, tendo como utopia a possibilidade de uma sociedade democrática, com justiça social, ética e ecologia sustentável.

Carvalho (2001) aponta a educação ambiental em um tempo-espaço que evidencia, sob a marca da contradição, a imperiosidade do diálogo do homem com a natureza em toda a sua extensão e em toda a sua dinâmica. Nesse sentido, o universo de sujeitos mencionado não é aquele que numa concepção ingênua poderia ser assumido como um real indiviso, mas como algo que guarda em si a possibilidade ontológica da diversidade. Aliás, é o que funda epistemológica e politicamente tanto as pesquisas quanto as militâncias institucionalizadas (a exemplo das ONGs) em torno da inteireza da natureza em qualquer espaço no atual tempo histórico.

Numa análise mais profunda, pode-se perceber que a educação por si só, no sentido do termo, carrega em si a questão ambiental, os valores e as atitudes das quais se necessita para a

preservação da vida; assim, a educação ambiental é um braço da educação que emerge no atual momento histórico e sua tendência pode ser desaparecer. Alguns pensadores imaginam que ela não abarque tudo o que necessitaria e pode se tornar inviável; outros ainda defendem uma nova postura, chamada de “ecopedagogia”¹⁵, mas não se pode negar que a educação ambiental é uma importante realidade na nossa sociedade.

Pela leitura dessas diferentes visões de educação ambiental, pode-se perceber que, acima de tudo, a educação ambiental é um processo contínuo de reflexão e ação do ser humano no ambiente, com o ambiente e para o ambiente, promovido pela prática educativa, coletiva ou individualmente construída. A educação ambiental é um ramo da educação que marca a história e redefine os rumos da humanidade e do planeta, resgatando valores de cidadania para o respeito dos seres humanos com seus semelhantes e com os diferentes seres da biodiversidade terrestre.

2.2 Educação ambiental na perspectiva freireana

A proposta de educação ambiental aproxima-se muito de uma educação libertadora pelo modo como trata os problemas socioambientais e como é regida pela ecologia, a qual pode ser considerada, segundo Boff (2004), como o “Grito da Terra e o Grito dos Pobres”. Porém, a educação ambiental não é transformadora por si mesma; o que a torna transformadora advém de uma metodologia da práxis e da capacidade dos sujeitos construtores do processo pedagógico ambiental.

O fato que se observa é que grande parte dos seres humanos está oprimida em todas as esferas, assim como a natureza está sendo explorada e esgotada. Para uma melhor compreensão dessa educação é necessário resgatar o antropológico – estudar o ser humano – em Paulo Freire. De acordo com o pensamento freireano, o ser humano é um ser de relação: ninguém está só no mundo, cada indivíduo é um ser *no* mundo e *com* o mundo, respondendo aos desafios do mundo

¹⁵ Ecopedagogia: pedagogia orientada para a aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana, tendo como objetivo a promoção das sociedades sustentáveis. O conceito de ecopedagogia, criado por Francisco Gutiérrez, pesquisador do pensamento de Paulo Freire na Costa Rica, segue os princípios da “Carta da Terra”, documento anunciado em março de 2000 pela Unesco e que será adotado pela ONU no ano 2002 com o mesmo valor da “Declaração dos Direitos Humanos”.

em que vive e usa esse meio natural para criar e recriar o mundo da cultura. Um ser em busca de completude, porque é inconcluso, e está aí a possibilidade de as pessoas irem além delas. A ação dos seres humanos sobre o mundo também modifica os sujeitos, completando-os e humanizando-os.

A partir da consciência que têm de sua finitude, os seres humanos são capazes de perceber o infinito, podendo transcender, ligando-se ao seu criador numa relação libertadora. O ser sujeito da sua história é capaz de tridimensionar o tempo em passado, presente e futuro e de perceber as conseqüências de sua ação nas diferentes épocas históricas, sentindo-se responsável por ela. A vocação do ser mais, isto é, ser mais humano, realiza-se pela educação, mas deixa de se concretizar quando as relações entre os seres humanos se desumanizam; quando as relações de dominação, opressoras institucionalizam-se e passam a ser consideradas naturais. Os oprimidos introjetaram a ordem injusta como se fosse natural e passam a considerar os opressores como modelos, reduzindo os primeiros a objetos e negando-lhes sua condição de sujeito. A problematização do mundo aberto a uma ação transformadora trata da condição social na produção do conhecimento como fundamental na crítica do próprio conhecimento, bem como na sua condição política e ideológica.

Alguns pensadores identificaram a tríade antropológica em Freire, embasada nas seguintes afirmações de sua obra:

- a) O ser humano é um ser em transição, ou seja, é um projeto inacabado, que está em constante busca de si mesmo; é incompleto, finito, temporal e não sabe de maneira absoluta.
- b) O ser humano é um ser de relações. “Ninguém educa ninguém, os homens se educam em comunhão”, mediatizados pelo mundo.
- c) O ser humano é um ser em busca – estando em permanente procura, curioso, “tomando distância” de si mesmo e da vida que porta; esta capacidade de reflexão dialógica e crítica assume a si mesmo e ao mundo como realidades inacabadas.

Segundo Reigota e Ribeiro (2003), o legado freiriano coloca-nos diante do desafio de contextualizar o seu pensamento nos mais diversos espaços. Na obra de Paulo Freire destaca-se a noção de “sujeito da história”. As práticas pedagógicas comprometidas com mudanças contrapõem os mais diversos “sujeitos”, ora considerados nos papéis diferenciados do professor e aluno, ora compreendidos na condição de diferentes diante de uma história comum.

Assim, um tipo específico de conhecimento pode fazer (e faz) a diferença entre os sujeitos, da mesma forma como os distinguem a interpretação e a ação que têm da história. Este segundo aspecto desestrutura a hierarquia inicial, pautada no conhecimento específico da ciência moderna, e penetra no campo da experiência. Reconhecer-se como sujeito da história pode ser mais complicado e penoso que reconhecer o outro como sujeito na mesma condição.

Guerra (1997) afirma que a educação ambiental revela a força da afirmação de Paulo Freire de que “a educação não é neutra”, é necessário afinar idéias e conceitos, conseguir compreender e fazer compreender como não existe neutralidade em educação ambiental porque o imperativo é agir. Omitir-se é uma forma de ação, já que facilita a ação dos que buscam objetivos diametralmente opostos. Freire diz que a consciência ingênua é a manifestação de certa simplicidade, tendente a um simplismo na interpretação dos problemas, isto é, encara os desafios de maneira simplista, apressada e superficial.

Medina et al. (2001) apontam a abordagem pedagógica em educação ambiental, partindo de Paulo Freire, como sociocultural, visto que na relação ser humano e natureza existem homens concretos inseridos no contexto sociocultural, econômico e político, ou seja, no contexto histórico, num espaço e tempo determinado; o ser humano é um ser situado, no mundo e com o mundo, capaz de refletir sobre ele com o objetivo de transformá-lo, por meio do trabalho, das ações políticas; a natureza é considerada como base do desenvolvimento da humanidade.

Assim, recorrendo às contribuições de Freire (2005), nota-se que a educação para ser libertadora, deve ser dialógica, e o diálogo é o encontro dos homens para *ser mais*, através de um pensar crítico, esse pensar não aceita a dicotomia mundo-homens, mas reconhece entre eles uma inquebrantável solidariedade, visando à transformação permanente da realidade para a permanente humanização dos homens. Nesse sentido, a idéia de práxis proposta para o educador ambiental baseia-se na proposta de Freire relativa à humanização, segundo a qual: “existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar”. (FREIRE, 2005, p.90).

2.3- Formação eco - pedagógica de educadores ambientais:

Não entrando em uma discussão sobre ecopedagogia e seus suportes diferenciados da educação ambiental, neste item busca-se uma reflexão sobre a formação do educador segundo dois enfoques: ecológico e pedagógico. Inicialmente, essa dicotomia soa como um absurdo, porém faz-se presente no cotidiano da maioria dos educadores ambientais de maneira muito sutil e reflete-se em suas práticas (pedagógicas ou ecológicas).

Entende-se aqui, como formação ecológica os conhecimentos técnicos adquiridos referentes à ecologia, via ciências biológicas, agrárias, ambientais, entre outras. É caracterizada por alguns educadores, entre eles Rocha (2001), como educação ambiental técnica ou ainda como a educação ambiental maciça e prática, que resolveria os impactos sobre a “biodiversidade genética”¹⁶, seja da fauna (biopirataria ou tráfico de animais, ameaça de extinção de espécies), seja da flora (desmatamento, podas irregulares e queimadas); sobre os “recursos naturais”¹⁷ como, por exemplo, o solo, via uso intensivo marcado pela erosão e queda de fertilidade, poluição e, ainda, assoreamento de recursos hídricos.

Esses, entre outros problemas, exigiriam análise e vistoria de uma equipe de profissionais qualificados com a elaboração de EIA/Rima (Estudo de Impacto Ambiental - Relatório de Impacto Ambiental) que se tornou obrigatório antes de qualquer empreendimento, sendo que pode estabelecer medidas mitigadoras ou compensatórias visando à contenção ou à reparação de alguns danos pontuais. Também se incluem nesse viés de formação ecológica conhecimentos sobre a elaboração de projetos de preservação (para manter o ambiente como está, no caso de área, considerada ainda pouco impactada) ou de conservação (que atende ao ecodesenvolvimento, ou ações para recuperação do ambiente).

Essa formação é de fundamental importância para a compreensão de que todos os seres bióticos (vivos) e abióticos (fatores do meio) estão interligados e são interdependentes via cadeia alimentar. Daí a necessidade da preservação ou conservação ambiental e, também, da luta para a

¹⁶ Biodiversidade genética: conjunto do material genético (DNA – ácido desoxirribonucléico ou RNA – ácido ribonucléico, estruturados em forma de código de bases nitrogenadas) das diferentes espécies vivas.

¹⁷ Recursos naturais: materiais ou seres do ambiente renováveis ou não-renováveis que são utilizados pelo ser humano para vários fins.

manutenção de espécies contra a extinção. Assim, entende que um simples inseto é tão necessário ao meio quanto um grande animal dotado de inteligência e que o desaparecimento, diminuição ou aumento de uma espécie acaba por caracterizar um grave desequilíbrio ecológico, que compromete todo o ecossistema¹⁸ ou o bioma¹⁹.

Entretanto, ao se voltarem à técnica pura e simples, alguns “ecologistas” estão suscetíveis a cair no radicalismo ou dogmatismo na luta pelo verde, esquecendo-se dos aspectos sociais e do contexto no qual a luta se estabelece. Assim, a legislação ambiental que iniciou no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 foi sendo marcada pelo vigor de suas multas e punições aos poluidores e infratores ambientais, deixando de lado as condições econômicas ou a luta para sobrevivência que fazia parte do cotidiano das pessoas envolvidas.

Na última década fortalece-se um discurso não apenas voltado ao ambiental, apontando-se os problemas como socioambientais, reconhecendo que o ser humano é integrante passivo ou ativo do meio no qual está inserido. Guatarri (1996) chama a atenção para as três ecologias, a do meio ambiente, a das relações sociais e da subjetividade humana, que, juntamente com nova perspectiva lançada pelo terceiro setor, apontam a educação e a criação de políticas de educação ambiental como contraponto à crise ecológica, fazendo com que o militante ou ativista assumo o papel de educador.

É claro que essa idéia da ecologia da subjetividade humana não dá conta de romper com o sistema exploratório, ou com o processo de semiformação em virtude de massificação e de inculcação ideológica pela indústria cultural. Contudo, evidentemente, é um grande passo para anunciar um novo olhar sobre a ecologia.

Mas e a formação pedagógica do educador ambiental? Entre os integrantes das ONGs predominam como equipe técnica, realmente, os técnicos (biólogos, engenheiros, arquitetos, bacharéis em direito, economia, geografia, entre outros), sendo poucos os que possuem uma formação pedagógica (pedagogos e licenciados), entendida aqui como os subsídios teóricos e práticos para realmente promover a sensibilização ou educação ambiental.

¹⁸ Ecossistema: conjunto formado pelo meio biótico (seres vivos, como, por exemplo, animais, fungos, vegetais e microorganismos) e meio abiótico (fatores físico-químicos, como, por exemplo, água, luz e solo) que num ambiente trocam energia e matéria.

¹⁹ Bioma: conjunto de fauna (animais), flora (vegetais) e clima de uma determinada região.

Dessa maneira, a maioria dos que se intitulam como “educadores ambientais”, desconhecem os grandes pensadores da educação²⁰ e a didática²¹ que realmente se faz necessária no processo de ensino-aprendizagem, dispensam o planejamento e jamais fizeram uma reflexão-ação sobre sua prática educativa. Assim, forma-se uma barreira entre os técnicos (através de sua apresentação de dados ou linguagem específica) e a população em geral, que pouco “entende” esse apelo técnico, nem correlaciona o real problema com sua vida cotidiana. O impasse faz do processo meio de informação, não de educação ambiental.

Nesse sentido, Fleuri (1991) afirma que, em relação à prática pedagógica, “é possível aproveitar as brechas no sistema escolar para desenvolver processos educativos vinculados politicamente aos movimentos populares de modo a reforçar o poder popular”. Todavia, como está preparado o educador ambiental para essa nova realidade?

Em última análise, é sempre a sociedade que dita a concepção que cada educador tem do seu papel, do modo de executá-lo, das finalidades de sua ação, tudo isso de acordo com a posição que o próprio educador ocupa na sociedade. A noção de posição está tomada aqui no sentido histórico-dialético amplo e indica por isso não só os fundamentos materiais da realidade social do educador, mas igualmente o conjunto de suas idéias em todos os terrenos, e muito particularmente no da própria educação. (PINTO, 1997, p. 37).

Segundo Quintas (2000) no que se refere à formação do educador no contexto de uma educação ambiental, para pôr em prática uma proposta pedagógica emancipatória no espaço de gestão do meio ambiente, assume-se que o educador, além de seu compromisso com a causa ambiental e com uma educação transformadora e dialógica, deve ser detentor de conhecimentos e habilidades, nos campos ambiental e educacional. Aqui, novamente se reforça a importância da formação do educador ambiental em toda sua plenitude, mas, essencialmente necessitando de uma formação pedagógica para desenvolver a práxis.

²⁰ Grandes pensadores da educação: mestres que fizeram a história do pensamento pedagógico, como, por exemplo, Makarenko, Gramsci, Piaget, Vygotsky, Arendt, Freire, Stenhouse e Ferreiro.

²¹ Didática: reflexão sistemática que acontece na escola e na aula. É o estudo do processo de ensino-aprendizagem em sala de aula e de seus resultados. Arte de ensino e método.

Sorrentino (2000) aponta como perspectiva para a educação ambiental uma antiga e reformulada frase dos ecologistas: agindo localmente, pensando globalmente e trabalhando-se interiormente, sendo que este último aponta duas demandas que parecem grandes desafios para os educadores ambientais. Por um lado, resgatar e desenvolver valores e comportamentos, tais como confiança, respeito mútuo, responsabilidade, compromisso, solidariedade sincrônica e diacrônica e iniciativa; por outro, propiciar o desenvolvimento de habilidades individuais capazes de conquistar espaços para a geração de renda e empregos que fomentem e sejam fomentados por uma economia voltada à construção de sociedades econômica, ecológica, cultural, espacial e socialmente sustentáveis.

Observa-se de fato, a ausência um programa integrado de educação em educação ambiental, visto que a maior parte das atividades resume-se a ações pontuais e isoladas (com slogans como “jogue o lixo no lixo”, “não desperdice água”), que não são suficientes para sensibilizar ou proporcionar uma visão crítica da realidade na qual estamos inseridos; tampouco contribuem para uma visão holística, integrada, multidisciplinar e transversal do tema meio ambiente - princípios acordados internacionalmente e sugerido pelos PCNs. Talvez essas ações sejam muito freqüentes em virtude da formação no sistema fragmentário de ensino e do despreparo para o novo.

A situação pode piorar ao se reportar à educação ambiental não formal e informal, principalmente em relação ao educador ativista, voluntário (muitas vezes sem remuneração) e apaixonado, este a peça-chave de atuação nas organizações não governamentais. Alguns questionamentos são levantados quanto à formação desse educador ativista, suas bases teóricas e à profundidade de seus saberes, visto que é necessário muito mais que “paixão” ao se tratar da problemática socioambiental, da preservação dos recursos naturais e da biodiversidade, de estudos sobre potencialidades locais rumo ao desenvolvimento sustentável e de métodos que visem à sensibilização da população.

A reflexão sobre a prática deve ser constante para que se possa compreender o ambiente na sua totalidade, de forma integrada e multidisciplinar e para que a construção de uma sociedade mais justa e de um ambiente ecologicamente equilibrado seja realmente possível. Assim, é necessário resgatar a importância da educação na prática ambiental para que o tema seja abordado de maneira séria, aumentando sua eficácia na sensibilização das comunidades das áreas de atuação das ONGs.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais, a respeito do tema transversal meio ambiente, salienta-se a formação permanente e constante:

Como esse campo temático é relativamente novo na cultura escolar, o professor pode priorizar sua própria formação/informação à medida que as necessidades se configurem. Ter como meta aprofundar seu conhecimento com relação à temática ambiental será necessário ao professor (BRASIL, 1997, p.76)

Dentro dessa formação constante do professor ou educador ambiental, ou seja, a educação continuada, entende-se que possa ocorrer por meio do processo informal e espontâneo, que, segundo Benincá (2002), refere-se ao conhecimento do senso comum e cuja expressão mais significativa manifesta-se na consciência prática, não se regendo por um método e o conhecimento resultante geralmente é visto como superficial e apresenta-se de forma fragmentada. Em um segundo enfoque, a atualização pode ser caracterizada como um esforço de retornar às instituições de ensino em busca de cursos de atualização, porém, se o educador não mostrar seqüência, esse esforço se torna insuficiente; e através do método da práxis pedagógica, que é um método de autoformação e de trabalho coletivo, processo metódico de observação da prática, que é registrada e objeto de reflexão de forma sistemática.

3 A PRÁXIS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A práxis pode ser definida como uma metodologia de trabalho dentro da pesquisa qualitativa, que emerge de acordo com a realidade em que se encontram pesquisadores e pesquisados, revelando que o novo conhecimento será produzido através do permanente movimento de pensamento que vai do abstrato ao concreto pela mediação do empírico. Do exercício de ação-reflexão-ação, do efetivo movimento da teoria para a prática e, desta, para a teoria, busca-se a superação da dimensão fenomênica e aparente, buscando a concretude.

Assim é a metodologia aplicada e defendida nesta pesquisa, porque sendo ambos, pesquisadores e pesquisados, educadores ambientais e educandos, necessitam refletir sobre suas práticas para que realmente tenham um caráter transformador e de resistência contra o sistema exploratório vigente. Muito se tem divulgado a pesquisa participante e qualitativa em educação ambiental, mas é a práxis que possibilita uma união e uma transição entre ambas. Nesse sentido, é necessário um resgate no cenário de pesquisa dos últimos anos.

O paradigma qualitativo-idealista de pesquisa social surgiu na metade do século XIX como reação crítica ao paradigma quantitativo-realista imbricado nas tendências positivistas de pesquisa, com uma supervalorização de dados numéricos, modelos matemáticos e generalizações. Dessa origem interpretativa, em que, em suma, o caráter qualitativo se sobrepõe aos dados quantitativos, podem-se suscitar alguns grupos de investigação educativa, entre os quais, o grupo das investigações crítico-dialéticas, que apresentam grandes significados se trabalhados dentro de projetos de educação ambiental.

As investigações crítico-dialéticas apresentam um amplo leque de informações do contexto histórico, das relações de produção, das estruturas sociais e propostas de transformação

via mudanças fundamentais. Entre seus pressupostos filosóficos há diversas concepções de ser humano, que podem ser resumidas assim:

O homem é considerado um ser social, ou seja, indivíduo incerto no conjunto das relações sociais. Dependendo da formação social na qual se situe e da correlação de forças existentes, o homem se converte em força de trabalho, mão de obra, especialista, capital humano, sujeito capaz de transformar a realidade, ator e criador da história, etc. Apesar de ser histórica e socialmente determinado também é capaz de tomar consciência de seu papel histórico, de educar-se por meio das ações políticas e de libertar-se através da prática revolucionária. (GAMBOA, 2001, p. 95).

Portanto, emerge a necessidade de se conhecer a realidade concreta, sendo essa, mais que fatos isolados, incluindo um processo de percepção pelas pessoas que a compõem, logo estabelecendo conexão entre subjetividade e objetividade. Em uma discussão mais ampla, como a pesquisa qualitativa está caracterizada pelo caráter exploratório, quando estimula os participantes a pensarem sobre algum tema, objeto ou conceito de maneira dialética, apresenta uma grande proximidade com o interesse transformador, fazendo emergir aspectos subjetivos e atingindo motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, mas de maneira espontânea.

Segundo Gamboa (2001), por trás de uma determinada abordagem está a visão de mundo do investigador, que lhe permite organizar os diferentes elementos e pressupostos que integram a lógica da investigação e, também, explicar a relação que há entre os processos de conhecimento e os interesses que os orientam.

De acordo com Martins (1989), o outro só pode emergir como objetivo no horizonte da pesquisa científica na medida em que desvendamos para ele o seu mistério (e o nosso!)... Assim, as abordagens qualitativas estudam pessoas, grupos, comunidades, visando compreender a experiência ou a condição humana, o comportamento dos sujeitos, bem como suas ações e intenções no seu ambiente natural, procurando dar sentido ou interpretando fenômenos, captando a significação a eles atribuída pelos sujeitos e compreendendo a intencionalidade de determinadas ações, relações via intersubjetividade e as estruturas sociais.

Tendo em vista que há interfaces entre procedimentos qualitativos e quantitativos, números e porcentagem podem servir de suporte, desde que se tenha cautela quanto a possíveis generalizações decorrentes dos mesmos.

3.1 Planejamento e ciclo de pesquisa

Para se obter êxito nesta pesquisa educativa foi necessário ordená-la contemplando as seguintes etapas: fase exploratória, que incluiu o planejamento das atividades e montagem do estudo; trabalho de campo, que se constitui da coleta de dados e informações; tratamento do material através de análise e interpretação dos dados e socialização dos resultados com redação do informe. Na fase exploratória, a preparação inicial, ou idealização da proposta, seguiu com a escolha do tema, identificação e delimitação da problemática. Em seguida, a revisão inicial da literatura foi de fundamental importância, principalmente porque ofereceu contornos e implicações do estudo.

Nesse sentido, a etapa de planejamento apresentou a seguinte seqüência: definição do problema, estabelecimento dos objetivos, referencial teórico, hipóteses e questões de pesquisa, previsão da metodologia, amostra, sujeitos, local do estudo, instrumentos de coleta, procedimentos de análise, e elaboração do termo de consentimento livre e esclarecido (anexo) para os participantes da pesquisa, os quais atuaram de maneira individual e em grupo.

No planejamento das atividades houve a identificação das entidades ambientalistas – ONGs – que desenvolvem trabalhos de educação ambiental reconhecidos pela população de Passo Fundo: Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas / Amigos da Terra, Grupo Ecológico Guardiões da Vida – e de Santa Maria – Fundação MO'Ã – Estudos e Pesquisas para Proteção e Desenvolvimento Ambiental todas localizadas no estado do Rio Grande do Sul. Também foi realizada a descrição do histórico e das principais atividades desenvolvidas pelas ONGs pesquisadas por meio de entrevistas semi-estruturadas com os educadores ambientais ativistas.

Nas entrevistas semi-estruturadas (anexo), foram abordadas questões que norteiam a formação do educador e sua militância através de suas abordagens em educação na prática ambientalista, o que entende por educação ambiental, como realizam seu planejamento e se existe

o processo de reflexão-ação-reflexão. Também foram questionados sobre as potencialidades e desafios da educação ambiental no terceiro setor. Quanto às observações da realidade, efetivaram-se na participação das reuniões dentro das entidades e nas atividades de educação ambiental, para a discussão das abordagens em educação, no período de fevereiro de 2004 a novembro de 2005.

De acordo com Gatti (2002), o método é a forma de construir o conhecimento e, nesse âmbito, setores onde a pesquisa e a teoria levaram à constituição de referenciais específicos, mais claros e mais fortes suportam o levantamento e a sustentação de novas idéias, questões, hipóteses de trabalho e meios de investigá-las. O método revela-se, juntamente com a abordagem, nas formas de pensar e de fazer no transcorrer da própria pesquisa, não por declarações abstratas de adesão a perspectivas específicas.

Além de um levantamento de dados importantes sobre a educação ambiental desenvolvida nas ONGs, nessa construção obteve-se um espaço no qual os educadores ambientais ativistas eram instigados a revelar e repensar suas práticas para a transformação da realidade socioambiental tão almejada no discurso ecologista das últimas décadas.

3.2 A práxis na formação do educador ambiental

Segundo Benincá e Caimi (2004), o discurso que nasce da prática, observada e refletida, pode transformar o sujeito dessa pesquisa e, conseqüentemente, a própria prática pedagógica; o sujeito que se transforma requer um processo de investigação cujo objeto de observação seja a relação entre os sujeitos.

Entretanto, a ausência de subsídios teóricos em educação na formação de grande parte dos educadores ambientais, mesmo apresentando prática militante e formação nas áreas técnicas representa um grande risco, porque, ao mesmo tempo em que essa diversidade ou multidisciplinaridade representa a riqueza das ações, se não houver a socialização e a troca de experiências pode-se cair numa representação reducionista ou generalização de que “qualquer ação” é educação, deixando de lado todo o processo simbólico subjetivo e coletivo que permeia o processo educativo.

De alguma maneira, o sistema vigente estabelece que o domínio da técnica é o eixo principal porque, afinal, trata-se de “um conhecimento adquirido e conquistado via processos formais de ensino, em institutos superiores que não são de acesso a todos”, ao passo que a educação ocorre no dia-a-dia, em todos os espaços, com todas as pessoas, como bem relatou Freire (1997): “As pessoas se educam em comunhão mediatizadas pelo mundo”.

O educador ambiental deve desvelar toda a amplitude dessa frase como se fosse um lema, não representar a inculcação do sistema vigente através de discursos tecnicistas sobre concentração de poluentes, gerenciamento de recursos hídricos, ecossistemas nativos ou passivos ambientais. A educação ambiental, ou melhor, a educação é mais que um repasse de informações técnicas; não é a representação de um verticalismo pedagógico como foi (e ainda está sendo) vivenciado em muitas escolas. Para realmente se conseguir uma sensibilização, comprometimento e mobilização das pessoas em prol do meio, é necessário ao educador ambiental (seja de formação técnica ou militante) despir-se dos pré-conceitos ou do *status* de possuir um diploma universitário.

É preciso que os educadores se coloquem na posição também de “educandos” (muitas vezes na posição dos infratores) para compreender qual o ponto de partida para um diálogo transformador. Muitas vezes eles não conhecem a legislação e não possuem orientação para manejo do ambiente, salvo os grandes criminosos ambientais, detentores de um arsenal de técnicos a seu favor.

Na escola, se o ponto de partida não for a realidade local, a explicação torna-se muito vaga e o processo de aprendizagem acabará “numa mera decoreba”. Transportando essa suposição para a prática ambientalista verifica-se que as pessoas decoram uma lista de infrações que não podem cometer (podas de árvores urbanas, depósito de lixo a céu aberto, poluição sonora, entre outras), mas não compreendem o porquê de não cometê-las e, quando não há fiscalização, esquecem-nas e reincidem no erro.

Na prática da militância ecológica percebe-se que, mesmo quando o educador está desnudo de pré-conceitos, o processo é muito difícil, porque também os “educandos” estão presos a pré-conceitos em relação aos militantes (os “ecochatos”, os “ecoloucos”, os “biodesagradáveis”, entre outras qualificações “verdejantes”). Não é raro encontrar pessoas na comunidade aconselhando os demais através da seguinte lógica: “Se você caçar um animal silvestre e aparecer um fiscal ambiental, o que fazer? Mate o fiscal, porque a caça a espécies

silvestres ameaçadas de extinção pode ser crime inafiançável, mas se matar o fiscal pode responder em liberdade...”.

A grande conquista dos ecologistas, que foi a legislação ambiental, se utilizada sem a relação entre significado e significante, acaba por apenas reproduzir um modelo punitivo e autoritário, que não pode ser entendido isoladamente como educação, apesar de muitos educadores ambientais a encararem dessa maneira, salientando sua eficácia e afirmando que o ser humano precisa de limites, o que realmente é uma grande verdade.

Vencida a etapa de despir-se dos pré-conceitos e de estabelecer o diálogo livre e sincero entre educadores e educando, ou melhor, entre os aprendizes para a promoção da educação ambiental, retoma-se a idéia “mediatizados pelo mundo”. E aqui está outro grande problema o meio físico-natural (que já está escasso), o meio social (na divisão gritante de classes e distribuição injusta de renda) e o meio artificial (tecnológico, científico, globalizado e monopolizado através da mídia). Tudo isso dentro de um contexto que para os técnicos aponta remuneração e status e para os educadores ambientais simboliza o voluntariado e estigmas.

Na vivência cotidiana o educador ambiental busca estar no mundo, com o mundo e para o mundo, o que pode ser entendido como a sensibilidade ambiental. No entanto, além da sensibilidade ambiental é necessário que o educador registre e reflita profundamente sobre sua prática, conduzindo um novo processo e reconduzindo suas ações pedagógicas.

No esquema da página posterior, apresenta-se um esboço da relação que pode ser construída para a transformação da prática pedagógica.



Fonte: Entrevista com Co-orientador: Jorge Orlando Cuéllar Noguera. UPF, 2005.
Figura 1. Relação que pode ser construída para a transformação da prática pedagógica.

Com todos esses caracteres do mundo atual a serem levados em consideração, é imprescindível que o educador ambiental esteja preparado, não apenas tecnicamente, mas pedagogicamente. Precisa ter, além de subsídios teóricos e momentos de troca de vivências com outros educadores via grupos de estudos, um espaço para refletir sobre suas práticas antes de agir novamente, listar suas conquistas metodológicas em educação ou estratégias que foram bem-sucedidas a fim de avaliá-las e buscar novas propostas para redefinir as que não obtiveram êxito.

Segundo Benincá e Caimi (2004), o educador deve desenvolver sua práxis como um caminho que se propõe transformar a prática pedagógica através da reflexão e pela ressignificação. Isso porque a prática refletiva transforma o senso comum e torna o ser humano sujeito; requer, porém, o processo de observação documentado em registros.

Por meio deste estudo identificou-se que a maioria dos educadores ambientais entrevistados não utiliza planejamento na sua prática pedagógica, tampouco faz o processo de ação-reflexão-ação. Ao serem surpreendidos com esses questionamentos, perceberam que pode estar aí o foco e insucesso de muitas ações.

Diante disso, qual o papel do educador ambiental?

O educador é aquele que se propõe a trabalhar gradativamente com o indivíduo, oferecendo-lhe condições para pensar e, logo após, pensar sobre si, sobre o outro e sobre o meio em que vive. De posse dessa capacidade crítica, o indivíduo poderá efetuar mudanças objetivas na sociedade, comprometendo-se com os mais altos valores éticos. O educador cumpre o ideal no seu exemplo de vida. (ALVES, 1981, p.12).

O educador ambiental que vivencia sua práxis deve atuar como catalisador de processos educativos que construam e reconstruam, num processo de ação e reflexão, o conhecimento sobre a realidade com os sujeitos envolvidos no processo; respeitem a pluralidade e diversidade cultural para prevenção e solução dos problemas e conflitos ambientais; articulem os diferentes saberes e fazeres; proporcionem a compreensão da problemática ambiental em toda a sua complexidade, tendo como ponto de partida, os problemas locais.

O fator-chave da mudança pode ser simbolizado no trocadilho: “transformar-se para transformar e transformar-se, transformando”. O fato da mudança individual é complementar à mudança coletiva; são processos indissociáveis e políticos. Para atingir a participação coletiva é importante organizar espaços pedagógicos que visem à produção e à aquisição de conhecimentos, num diálogo transdisciplinar²² com a elaboração de uma agenda de prioridades, ações e projetos.

²² Diálogo transdisciplinar: processo que vai além da multidisciplinaridade ou da interdisciplinaridade visando à partida sob o tema gerador.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

4.1 –Algumas entidades de militância direta – atuação e desafios

Para a pesquisa do educador ambiental e o terceiro setor é necessário caracterizar algumas entidades ambientalistas que atuam em educação ambiental. Foram escolhidas duas entidades de grande relevância para a região de Passo Fundo (Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas / Amigos da Terra e Grupo Ecológico Guardiões da Vida) e uma entidade externa (Fundação MO'Ã – Estudos e Pesquisas para a Proteção e Desenvolvimento Ambiental, com sede em Santa Maria – RS) como balizadora.

Outro critério para a escolha das entidades a serem pesquisadas foi o seu envolvimento direto com a comunidade local, razão por que não se analisam as grandes ONGs promotoras de campanhas globais.

4.1.1 FUNDAÇÃO MO'Ã – Estudos e Pesquisas para a Proteção e o Desenvolvimento Ambiental



Fonte: Fundação MO'Ã, 2006.

Figura 2. Logotipo da Fundação MO'Ã

De acordo com os dados obtidos na entidade (abril/ 2004), a fundação foi criada em agosto de 1996 e nasceu da vontade de um grupo de pessoas preocupadas com as questões ambientais do município de Santa Maria e região. Essas pessoas se tornaram instituidoras da MO'Ã, que significa “proteger” em tupi guarani, traduzindo a filosofia das ações a serem realizadas. O estatuto em vigor foi aprovado em 1997 por ato da Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul, que recebe anualmente o relatório de atividades e prestação de contas.

A estrutura da entidade é formada por um Conselho Administrativo, Conselho Fiscal e Diretório Executivo, sendo constituída por membros instituidores, fundadores e colaboradores. O capital exigido para sua constituição foi doado pela Unimed Santa Maria, Associação de Professores da Universidade de Santa Maria e pelo casal Eleonora e Rainer Muller. A sala onde está instalada a sede possui contrato de comodato com a família Pozzobon desde sua criação. A Fundação está inscrita no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas/ Conselho Nacional de Meio Ambiente/ Ministério do Meio Ambiente e foi declarada de utilidade pública municipal – lei municipal 4.352/2.000.

As principais atividades são: participação no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, no Conselho Municipal de Saúde, no Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica dos Rios Vacacaí e Vacacaí-Mirim, na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul e na Comissão Interinstitucional de Resíduos Sólidos do Estado do

Rio Grande do Sul. Também atua em conjunto com outras entidades e instituições ligadas à defesa do meio ambiente, nas mais diversas atividades e ações, tais como:

- criação, oficialização e presidência da Comissão de Educação Ambiental junto ao Condema;
- incentivo e participação em projetos e cursos de Educação Ambiental;
- coordenação da Comissão de Implantação de uma Reserva Permanente de Patrimônio Natural (RPPN);
- coordenação da parte financeira do projeto “Floresta Colonial nos Municípios da 4ª. Colônia”;
- incentivo e promoção para a implementação do Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos em Municípios da região;
- incentivo e apoio a movimentos comunitários pela melhoria da qualidade de vida;
- desenvolvimento de práticas de permacultura em zonas carentes de Santa Maria;
- parceria com a Fundação Gaia, de Porto Alegre, para a implementação de projetos: educação para a comunidade sustentável em Escola Municipal de Santa Maria-RS.

4.1.2 Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas/ Amigos da Terra



Fonte: GESP/AT, 2006.

Figura 3. Logotipo do GESP.

De acordo com dados obtidos na entidade (janeiro/2005) a origem do Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas/Amigos da Terra deve-se a uma consonância de idéias. Da comunidade (comerciantes, funcionários públicos, estudantes) vinham idéias de lutas de movimentos sociais, discussões a respeito das questões nucleares, a respeito das questões armamentistas e a preocupação com a utilização inadequada dos recursos naturais locais; da Faculdade de Agronomia, onde os estudantes já traziam um trabalho de educação ambiental, a partir de palestras sobre problemas na agricultura com o auxílio de *slides*, originaram-se além de militantes, o nome da entidade ecológica.

Em 1983, essas idéias tomaram forma, passando a ser uma organização não governamental ecológica, sem fins lucrativos, beneficente e assistencial, de direitos privados, autônoma e com personalidade jurídica, política, transpartidária, civil, social, cultural, tecnocientífica e de pesquisa, aberta a todas as pessoas da comunidade, regida por Estatuto e regimento discutido e aprovado em assembléia geral. Ficou acertado que o dia da fundação seria o dia 21 de Setembro de 1983, em comemoração ao Dia da Árvore.

Com participação do Gesp no Primeiro Congresso Estadual de Educação Ecológica, realizado em Ibirubá, em outubro de 1984, pode-se conhecer várias entidades ecológicas do estado e de várias partes do Brasil. Em Ibirubá a Entidade ficou ciente de que seria realizado o Terceiro Encontro Estadual de Entidades Ecológicas, em Porto Alegre, em novembro do mesmo ano. O Gesp participou do evento e já assumiu a organização do IV Encontro Estadual de Entidades Ecológicas em Passo Fundo. A partir desse Encontro, começaram a ser ampliadas as atividades que foram sendo desenvolvidas ao longo dos anos e contribuíram para que o Gesp viesse a ser a entidade que é hoje.

Apesar de suas múltiplas atividades incluírem ações políticas, atos públicos, atos de fiscalização e, até mesmo, ações arroladas da Justiça, o trabalho de educação ambiental ainda é a veia mestra do Gesp, que se realiza através de diversas formas. Imbuídos na missão de ecologizar a cidade, os militantes do Sentinela dos Pampas seguem o costume do pássaro cujo apelido foi adotado como nome pelo grupo de enologistas: “quero-quero”. O apelido desse pássaro é sentinela dos pampas, porque assim que alguém se aproxima dele, levanta vôo em bando, fazendo um ruído muito grande, que é ouvido de longe.

Uma outra característica interessante do quero-quero é que ele fica cuidando do ninho de longe, para que ninguém desconfie onde fica. No interior do Rio Grande do Sul, o Quero-quero é

o melhor sentinela, avisando quando alguém se aproxima. Usando a imprensa, o teatro, as palestras, seminários, manutenção de biblioteca específica sobre o tema, bem como acervo de slides, fitas de vídeo, pôsteres e lâminas para retroprojektor, o Gesp tem tentado fazer alarido e chamar a atenção da comunidade em geral para as questões ecológicas/ambientais.

Essa entidade foi decretada de utilidade pública pela lei municipal nº. 2543, de sete de novembro de 1989, com sede na cidade de Passo Fundo. Dentre suas atividades podem-se destacar: publicações na área da educação ambiental: jornal Bicho do Mato, folders educativos; organização de encontros, congressos, simpósios e a participação, em nível nacional, de similares em termo de ecologia; palestras em escolas, associações de bairro entre outros; campanhas de preservação envolvendo a questão hídrica do município, bem como participação em campanhas nacionais, com envio de propostas para os constituintes nacional e estadual; implantação de projetos de preservação como da reserva biológica Arlindo Haas, em Passo Fundo e funciona como posto de recebimentos de denúncias sobre maus tratos à natureza através do fone/fax 312-2262.

Ainda, a entidade trabalha juntamente com a Promotoria Pública Comunitária, auxiliando em laudos técnicos de áreas degradadas e vistorias de denúncias; participa do Conselho Municipal do Meio Ambiente, Conselho Municipal da Saúde, Conselho Municipal do Plano Diretor, Conselho Consultivo da FLONA (Floresta Nacional) de Passo Fundo, Comissão Provisória do Programa Fome Zero e dos Comitês de Gerenciamentos das Bacias Hidrográficas Passo Fundo/Várzea e Alto Jacuí.

A fundamentação do processo se dá pela educação ambiental formal e informal, e atualmente, trabalha em vários tipos de projetos, sobre o lixo, áreas de preservação, projetos para recuperar nascentes e áreas de preservação degradadas e outros. Possui em sua sede uma Mini Biblioteca sobre diversos assuntos, como por exemplo: Ecologia, Meio Ambiente, Lixo, Rios, Água, Saúde e outros, onde alunos de várias escolas e universidades pesquisam.

O Gesp é uma Entidade sem fins lucrativos e se mantém com a venda de materiais recicláveis (vidros, papéis, latas, jornais etc.) doados pela comunidade e com os seus sócios pagantes que contribuem com uma mensalidade mensal mínima de R\$ 3,00. O endereço da sede é Avenida Brasil, 758 – fundos do Museu de Artes Visuais Ruth Schneider, Passo Fundo – RS. Fone/Fax: (54) – 312-2262. Atualmente mantém uma parceria com o Ministério Público, pela qual faz encaminhamento de denúncias e realiza vistorias de crimes ambientais.

Para melhor eficácia na pesquisa ingressei na entidade com trabalho voluntário semanal durante todo o ano de 2004, com ações que seguiram em 2005. Nesse período de observação pode-se salientar a estrutura organizacional da entidade, a equipe técnica e a relação interna e com outros atores sociais, as principais atividades, entre outros fatores.

Para o levantamento do perfil do educador ambiental no GESP/AT foram analisadas as fichas de filiação (em anexo) desde 1983, obtendo-se os seguintes dados: Apenas 26% dos filiados estão atuantes no movimento ambientalistas como militantes do GESP/AT. Também foi verificado que 34% de militantes ativistas não estão cadastrados através de ficha. Os ambientalistas atuantes filiados ou não filiados formalmente foram entrevistados sobre suas abordagens em educação na prática ambientalista em Passo Fundo - RS.

Observou também que 21%, ou seja, a maioria, dos militantes do Gesp atua como professores, seguido de 16% que são estudantes, 11% biólogos, além de funcionários públicos, economiários, engenheiros agrônomos, administrador de empresas, advogados, analistas de sistema, arquitetos e urbanistas, bancários, cientistas da computação, contadores, engenheiros civis, geógrafos, jornalistas, massoterapeutas, microempresários e secretárias. Das atividades em que os filiados colaboram destacam-se palestras e debates, tarefas práticas, tarefas burocráticas, contribuição financeira (com valor mínimo de três reais mensais) e outros.

4.1.3 Grupo Ecológico Guardiões da Vida



Fonte: GEGV, 2006.

Figura 4. Logotipo do GEGV.

Integrantes do Gegv afirmam que a idéia de criar uma ONG ocorreu em 1999, dentro da Universidade de Passo Fundo. Primeiramente foi feito contato em alguns cursos de áreas afins e marcou-se uma primeira reunião e houve um grande público conversou-se e uniram-se pessoas que tinham afinidades com a questão ambiental, gostavam de atividades livre na natureza e tinham vontade de aprender e ensinar ecologia.

Hoje o grupo está num processo de profissionalização porque há a necessidade de adquirir mais conhecimentos e agregar pessoas. Várias pessoas nele trabalham e há colaboradores que sendo mais de trinta; na Diretoria e no Conselho Consultivo são em torno de dez, provenientes de várias áreas, visto que não há restrição, pois falar em ecologia e em meio ambiente, qualquer um pode, desde um leigo, uma dona de casa, até um pós-doutor.

Atualmente, trabalha-se com políticas públicas (participação em Conselhos de Meio Ambiente, Assistência Social, da Floresta Nacional, de Desenvolvimento e os Comitês de Bacias Hidrográficas), buscando um desenvolvimento sustentável para a cidade e região, o Brasil, o planeta e o universo. A principal meta é implantar isso através da Agenda 21 no município de Passo Fundo e inserir os municípios vizinhos através da criação de um “Fórum Permanente de Discussão e Implantação da Agenda 21”.

Também há na entidade, o projeto “Plantando Cidadania”, realizado junto à Febem, com menores infratores e o projeto “Comunidade Ecocidadã”, que é um trabalho social junto às empresas do pólo distribuidor de combustível, através de um cadastramento em um banco de dados com referencial social, econômico e ambiental dos bairros carentes do entorno do distrito. Ainda, existe um trabalho permanente na “Reserva Maragato” de educação ambiental, com escolas, trilhas e a própria constituição da RPPN (Reserva do Particular do Patrimônio Nacional) na reserva, difundindo a questão das unidades de conservação na nossa região para criar corredores ecológicos, apesar de ser uma área florestal pequena.

O Gegv mantém o programa “Por Falar em Ecologia”, na Rádio Diário da manhã AM e na TV Pampa, exibido aos sábados, com o objetivo de formar multiplicadores em educação ambiental. O grupo recebe apoio do Ministério Público estadual via repasse de alguns ajustamentos de conduta e captação de recursos e patrocínios para eventos. Antes de fazer uma denúncia ao MP, busca-se averiguar a origem do problema, trabalhar a situação com a pessoa, alertando, fazendo um trabalho de educação; só depois é formulada a denúncia para saber a

realidade e o processo, quando, então, repassa-se a Patrulha Ambiental, para, em última instância, chegar ao MP. A sede é junto a Escola de Arte Carlos Barone, na Rua Capitão Eleutério, 644 – centro, telefone: (54)99340534 ou (54) 99440317. As reuniões ocorrem duas vezes por semana (terças/quintas e sábados).

4.1.4 Um “olhar” sobre as ONGs pesquisadas

Ao observar a descrição das ONGs, objetos de estudo, pode-se notar que existem vários pontos de convergência, desde sua origem e fundação até no desenvolvimento de suas atividades. A primeira ressalta que “nasceu da vontade de um grupo de pessoas preocupadas com as questões ambientais”; a segunda aponta que “a origem do grupo deve-se a uma consonância de idéias” e a terceira também se aproxima desse pensamento.

Essas autodefinições dos grupos sobre seu surgimento apontam, sobretudo, para a união de cidadãos que estavam pelo menos “sensibilizados” com a questão ambiental e comprometidos com ações capazes de concretizar a modificação ou a transformação de uma sociedade de consumo, culturalmente contrastante e marcada por desigualdades sociais e crimes ambientais.

Em seu discurso inicial, as ONGs não são excludentes, nem discriminatórias, nem exigem nada além da vontade de lutar contra as catástrofes do sistema vigente para aderir ao movimento, reconhecendo a importância de cada um na luta, acreditando na cooperação para a construção de um mundo melhor. Assim, identificam-se seus militantes pela força de vontade, pela paixão, pela indignação e pela coragem, características, que deviam ser natas em qualquer educador “formado”. Apenas por essas características pode-se ver que metade dos atributos necessários para atuar na prática educativa está contemplada.

Também se nota que suas sedes são cedidas ou estão sob contrato de comodato, porque são entidades ditas “sem fins lucrativos” e contam com o apoio da comunidade, empresas privadas ou do poder público. Outra característica que mantém esse caráter é o trabalho voluntário, muitas vezes sem remuneração, salvo em casos de trabalhos técnicos (projetos e diagnósticos), em que a equipe executora recebe por suas atividades e doa uma pequena porcentagem (geralmente em torno de 10%) para a manutenção da sede (água, luz, telefone, gás,

internet, materiais de escritório, limpeza e consumo, combustível, manutenção de equipamentos, entre outros).

Outras formas de prover os custos dessas entidades, além das parcerias e dos projetos para a captação de recursos, são doações recebidas da comunidade, alguns encaminhamentos via Ministério Público dos valores recebidos por multas de crimes, danos ou infrações ambientais. Também aposta na idéia de “*marketing ecológico*”, que é um grande atrativo para empresas através dos programas de qualidade, como, por exemplo, a ISO 14000²³ ou pela responsabilidade socioambiental, que acabam por oferecer subsídios às atividades das ONGs, doando materiais para palestras, apoio financeiro para campanhas ou encaminhando aparelhos eletrônicos, como, por exemplo, computadores.

Rocha (2001), afirma que os consumidores dos países industrializados, a legislação brasileira, as instituições financeiras e a comunidade como um todo, já está exigindo que os produtos provenientes dos recursos naturais renováveis sejam certificados com o “Selo Verde” (passaporte verde), o qual caracteriza que tais produtos são provenientes de origens onde a sustentabilidade é uma realidade.

A equipe técnica é multidisciplinar em todos os casos (Fundação MO`Ã, Gesp e Gegv), atuando os militantes nas diferentes áreas do conhecimento, destacando-se biologia, geografia e as diversas engenharias (civil, agrônômica, ambiental, de produção, entre outras). O diálogo entre esses saberes estabelece-se através de reuniões com periodicidade mensal, na MO`Ã e no Gegv e às quartas-feiras e sábados, no Gesp.

Comparando as atividades das entidades, nota-se que são diversificadas, incluindo a representação da sociedade principalmente em Conselhos Municipais de Meio Ambiente, de Saúde e nos Comitês de Bacias Hidrográficas de suas regiões. A MO`Ã localizada em Santa Maria, faz parte do Comitê Vacacaí – Vacacaí Mirim, Gegv e Gesp, localizados em Passo Fundo, participam nos comitês do Alto Jacuí (Coaju) e Passo Fundo – Várzea. Assim, podem participar das decisões sobre a gestão dos recursos naturais.

Salvo o encaminhamento de denúncias de crimes atendendo à demanda da população e à realização de vistorias determinadas pelos órgãos públicos, as demais atividades podem ser agrupadas como atividades de educação ambiental, seguindo a divisão em seqüência.

²³ ISO 14.000: International Organization for Standardization, segundo Rocha (2001), são normas de certificação que visam atingir a excelência total em ambiência, fornecendo às empresas certificados de que seus produtos fabricados ou comercializados não são perigosos aos recursos naturais renováveis, portanto, à ambiência.

4.1.4.1 Educação ambiental formal

Estão neste grupo contempladas as atividades executadas no sistema formal de ensino (escola, colégios, institutos de educação e universidades), em horário de aula, como, por exemplo, projetos voltados ao educando, ao professor em exercício, ao planejamento de ações junto à direção da escola ou na coordenação pedagógica e que possam abranger toda a comunidade escolar. As ONGs funcionam com o serviço de assessoria na elaboração de projetos, fornecendo material didático e palestrantes.

Entre os projetos mais solicitados estão os relacionados aos resíduos sólidos (que passaram de lixo – material inútil e abrigo para vetores causadores de doenças, para recursos – geradores de emprego e renda através das cooperativas), incluindo coleta seletiva, oficinas de reciclagem, sensibilização da comunidade, elaboração de fôlderes e trabalhos interdisciplinares.

Também são muito solicitadas propostas para a preservação ou conservação de recursos hídricos (água), geralmente situados nas proximidades das escolas. Propõe-se a recuperação da vegetação ciliar (localizada nas margens de rios e lagos), que serve como filtro de resíduos e combate ao assoreamento (acúmulo de terra dentro do curso de água), através de plantio de espécies adequadas, despoluição e coleta dos entulhos.

4.1.4.2 Educação ambiental não formal

Aqui se enquadram as ações voltadas à sensibilização para a conscientização da comunidade de maneira diversificada, englobando palestras, seminários, cursos, visitas, encontros e entrevistas, elaboração e divulgação de diagnósticos socioambientais, trabalho cooperativo em associações, formação de mutirões de limpeza para a recuperação de cursos de água, plantio de mudas nativas, orientação para a separação de resíduos, economia de água potável.

Na zona urbana essas ações são realizadas por campanhas nas empresas, associações de bairro, igrejas, clubes, no trânsito e de casa em casa; já, na zona rural podem ser feitas por meio de sindicatos e são mais voltadas para a agroecologia ou agricultura ecológica (incentivando práticas de produção orgânica, diminuindo a utilização de agrotóxicos e preservando o ecossistema local). Nos últimos anos cresceu a demanda pelo ecoturismo ou turismo rural sustentável, visto que proprietários de áreas rurais que necessitam de preservação podem obter recursos através de excursões, trilhas ecológicas e, até hotéis-fazenda.

4.1.4.3 Educação ambiental informal

São ações de educação ambiental que acontecem via meios de comunicação (jornal, rádio, televisão, informativos impressos e outros). Assim, as ONGs participam de entrevistas, encaminham denúncias, participam da elaboração de documentários e produções audiovisuais, realizam parcerias para programas de rádio e informativos.

Em Passo Fundo e região destaca-se o programa *Por Falar em Ecologia* que vai ao ar nos sábados pela manhã na rádio Diário da Manhã FM. O programa tem espaço para os informes do Gesp e do Gegy, sendo seu locutor Carlos Eduardo Sander, militante deste último. Também existe o informativo Via Eco, que é um impresso de periodicidade mensal e, por meio de parcerias (Ministério Público, Gesp e Alejandro Luna), é de acesso gratuito para toda a comunidade da região Norte do estado do Rio Grande do Sul (abrangendo sessenta municípios), está na nona edição, com tiragem de dez mil exemplares.

Em virtude de toda essa demanda, percebe-se que o militante da ONG não pode possuir somente os conhecimentos técnicos, pois, acima de tudo, é um educador em constante atuação, sendo-o por paixão, não por obrigação. Para ter eficácia em sua jornada necessita de formação, contudo nenhuma das ONGs estudadas realiza formação prévia e continuada de seus militantes ativistas. Com certeza, cada militante possui uma vasta capacitação em diferenciados saberes através de suas vivências, porém, essas são pouco compartilhadas ou sistematizadas, logo, deixando sua riqueza em potencial.

Geralmente, as tarefas são distribuídas conforme a experiência. Por exemplo, agrônomos e biólogos acabam atuando para evitar podas irregulares, discutir área livre de transgênicos, realizar vistorias de crimes contra a flora ou fauna e promover produtos agroecológicos. Isso é muito importante porque cada um contribui da sua maneira e na área sobre a qual tem conhecimento ou formação.

Inicialmente, considera-se o processo de EAF diretamente no sistema de ensino. Para realizar intervenções nesse processo, via acordos com a direção, coordenação, professores e alunos, são indispensáveis algumas noções sobre o funcionamento da unidade de ensino, da metodologia utilizada pelo corpo docente e da caracterização da clientela, bem como conhecer alguns saberes necessários à prática pedagógica.

Paralelamente a EAF, também para o processo de EANF, é necessário realizar um planejamento da atividade que conduza de uma maneira agradável a abordagem, bem como realizar a reflexão-ação sobre essa atividade. Muitos ecologistas ainda desconhecem esses fatores. Por sua vez, para a EAI surgem outras necessidades porque se trata de uma intervenção indireta com o público-alvo, no caso de impressos, e “aparentemente” não-interativa, no caso de documentários.

4.2 Concepções dos educadores sobre a educação ambiental no terceiro setor

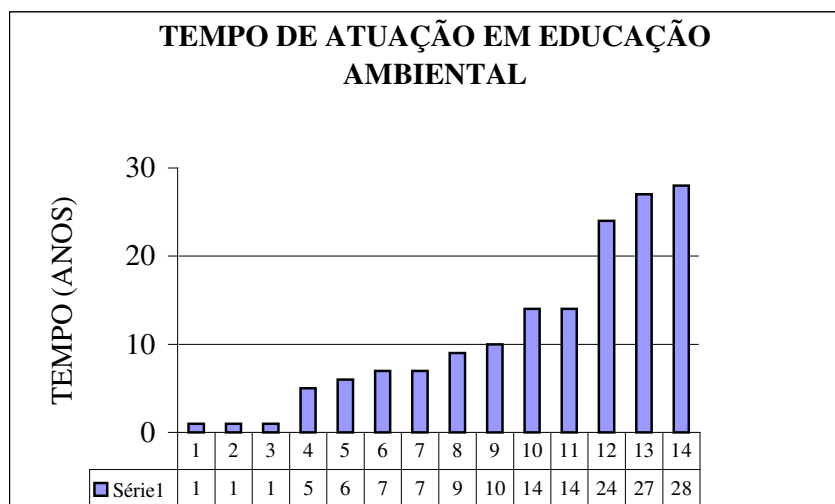
As concepções dos educadores sobre a educação ambiental no terceiro setor são variadas e para compreendê-las melhor é necessário identificar o perfil desse educador, analisando, posteriormente, suas falas.

4.2.1 O perfil dos Educadores Ambientais

Por meio de um questionário que antecedeu as entrevistas, pôde-se esboçar um perfil dos educadores ambientais nas ONGs ambientalistas que possuem atuação direta com a comunidade:

Em torno de 58% são mulheres, cuja faixa etária varia de 24 a 67 anos; a formação é de ensino superior, alguns são pós-graduados. As profissões dos entrevistados variam entre professores da educação básica, biólogos, funcionários públicos, engenheiros agrônomos, odontólogos, economistas, geógrafos e administrador de empresas.

O tempo de atuação em educação ambiental varia entre um e vinte e oito anos (Fig.1), o que na maioria dos casos corresponde do tempo de atuação em ONGs. Porém, ao analisar as entrevistas pode-se perceber que o tempo de atuação não corresponde a qualidade da prática, pois tanto os educadores ambientais novos como os mais antigos possuem um vasto, porém diferenciado, conhecimento na área.



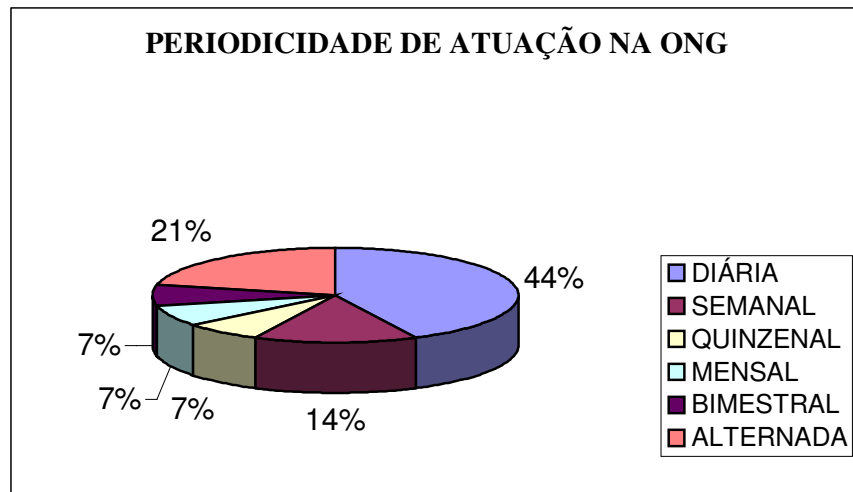
Fonte: Entrevistas com educadores ambientais das ONGs, Abril de 2005.

Figura 5. Tempo de atuação em educação ambiental dos educadores entrevistados – 28 ambientalistas.

Outro fator importante é a dedicação às atividades na ONG (Fig. 2). Os dados mostram que a dedicação à entidade é muito variada desde participações diárias até bimestrais, fato que está associado ao trabalho voluntário. Apenas uma das entrevistadas recebe remuneração mensal, pela atividade desenvolvida na ONG.

Dentre as principais atividades desenvolvidas pelos entrevistados destacam-se: serviços burocráticos e de secretaria, palestras, doação financeira, presidência e vice-presidência,

participação em conselhos e comitês de bacias hidrográficas, elaboração de projetos, ações de educação ambiental, entre outras. A periodicidade de atuação, também é um fator de relevância.



Fonte: Entrevistas com educadores ambientais das ONGs, Abril de 2005.

Figura 6. Periodicidade de atuação na ONG.

O dado mais importante coletado revela que ainda aproximadamente 21 % dos entrevistados não possuem curso de formação na área de educação ambiental nem na área pedagógica e que a maioria não participa nem participou de grupos de estudos para troca de experiências. Assim, pode-se notar que a questão da formação do educador ambiental é deficitária, como foi visto nos capítulos anteriores.

Ao serem questionados sobre o que entendiam por educação ambiental no terceiro setor, cerca de 31% dos educadores entrevistados tiveram dificuldade para responder, porém algumas definições merecem ser destacadas, tendo em vista o caráter político da educação ambiental:

A EA no terceiro setor é uma educação de base, importantíssima para a conservação do ambiente natural e da ecologia humana, tudo que envolve ecologia. Ela tem um diferencial de tentar incluir, ela inclui, educa realmente, modifica os hábitos das pessoas, acrescenta para a vida das pessoas. Não é uma educação que fica como um conhecimento a mais que vai usar na hora que necessite de uma prova de um conhecimento específico, ela modifica, ela sensibiliza e você realmente muda suas

atitudes, seus hábitos e acho que é a principal vantagem, objetivo da educação do terceiro setor. (Ambientalista V, 28/02/2005).

Também existe a compreensão de que a educação ambiental contempla diversas áreas, como relata um ambientalista:

Eu acho que a EA para o nosso trabalho nasceu no terceiro setor. E veio complementar a educação e em vários momentos ela é a necessidade porque a educação não faz o papel em relação à questão do ambiente, da natureza, das relações humanas como um todo e a EA veio abraçar todas as áreas de reações. (Ambientalista IX, 09/03/2005)

A amplitude da educação ambiental torna-se uma justificativa que exime a responsabilidade pela questão ambiental das outras formas de saber ou de educador, bem como a amplitude do trabalho das ONGs ou do terceiro setor, que acabam por se sobrecarregarem, transferindo a responsabilidade para outros segmentos sociais, conforme o depoimento abaixo:

Nós achamos que as soluções para a questão educacional, não estão só na EA, mas o terceiro setor é que tem uma responsabilidade muito grande sobre essa questão de formação das pessoas, ou seja, mudanças de comportamento que é nesse viés que se tem que trabalhar porque nas instituições nota-se que, seja de ensino municipal, estadual ou federal, elas não sentam para discutir a questão, cada uma puxa para um lado e a pobre da sociedade fica no meio. Nós achamos que as ONGs podem fazer essa junção de interesses e fazer com que tenha um trabalho direcionado. (Ambientalista X, 26/03/2005)

Depois de muito diálogo sobre educação ambiental no terceiro setor, o pensamento que predomina entre os ambientalistas pode ser sistematizado segundo este educador:

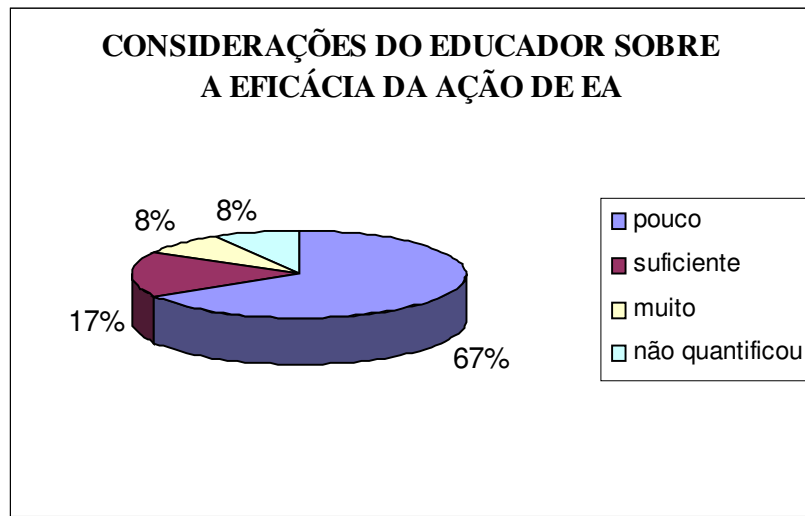
EA em termos gerais (o que entendo) é que seja um processo educativo, contínuo, permanente, pelo meio do qual a pessoa como indivíduo e a comunidade, a sociedade que a gente chama de coletivo, adquire conhecimentos e valores voltado a conservação da natureza, preservação do meio ambiente. No terceiro setor seria o desenvolvimento de projetos porque tem que ser elaborado, consistente para desenvolver, só que voltado a públicos diferentes (comunidade escolar, cursos para professores, comunidade em geral). (Ambientalista XII, 28/03/2005)

4.2.2 Abordagens Educacionais Identificadas

Com base nas concepções sobre educação ambiental e no perfil dos entrevistados, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com o objetivo identificar as abordagens em educação, solicitando que: descrevessem a principal ação em EA de que participavam (participou) na ONG; avaliassem se consideraram essa prática eficaz perante o objetivo proposto ou o problema detectado; explanassem como se dera o planejamento, se houvera uma reflexão-ação posterior e quais os suportes teóricos ou pensadores de educação que teriam servido para o embasamento da mesma.

Entre as principais ações citaram-se: encontro na Embrapa - Trigo de Passo Fundo, trabalhando com as escolas sobre os problemas do Rio Passo Fundo; encontro de avaliação das ações ambientais na cidade de Passo Fundo, trabalho embrionário no início do Gesp na década de 1980 e embate com uma empresa infratora; algumas palestras no Dia da Água com a comunidade ribeirinha; atuação nos Comitês de Bacias Hidrográficas do Alto Jacuí e o Provisório do Rio Passo Fundo – Várzea; ação de fiscalização com os pequenos proprietários rurais; participação na ECO-92, Rio de Janeiro - RJ; tentativa de preservação da Reserva Biológica Arlindo Haas; conscientização sobre podas urbanas e alerta para o uso de transgênicos; campanhas de seleção do lixo na cidade de Coxilha –RS; projeto Bracatinga e Agenda Ambiental das Escolas Municipais de Canela – RS; projeto de Conservação do Papagaio Charão (espécie da fauna silvestre ameaçada de extinção); área de produção orgânica via um projeto da Coovida em Brasília - DF; criação da Rede Brasileira de Educação Ambiental; trabalho com os menores infratores junto à Fase de Passo Fundo-RS.

Ao serem questionados se consideraram a ação eficiente, a grande maioria considerou a ação pouco eficiente.



Fonte: Entrevistas com educadores ambientais das ONGs, Abril de 2005.

Figura 7. Considerações do Educador sobre a eficácia da ação de EA

Quanto ao planejamento das atividades de educação ambiental, é lamentável admitir que em grande parte das ações não houve planejamento junto com todos os educadores ambientais envolvidos em efetivar a ação:

Não participei do planejamento, foi através de uma Companhia e no dia nós chegamos ali e houve uma conversa com os participantes não era nossa entidade que estava organizando e saímos para conversar com a comunidade. Nenhum planejamento, porque tu chegavas para uma situação que tu não conhecia, ia olhando e tentando conforme tua experiência, não tinha uma abordagem padrão porque cada um era diferente. Usa-se o conhecimento que tem no grupo para fazer isso, no caso dos transgênicos a gente se uniu com todos os que estão trabalhando na cidade. Mas não teve planejamento nenhum, não. (Ambientalista VII, 02/03/2005).

Em outras, apenas se adaptou uma metodologia externa, como fica evidenciado pela descrição abaixo:

Como participava de uma ONG da Universidade Líderes, o planejamento veio direcionado de lá. Como era meio ambiente e cidadania, a gente teria que fazer alguma coisa em relação a realidade do município. A necessidade na época era em relação ao lixo, fazendo uma campanha mais educativa. A gente passou de casa em casa, distribuiu

folhetos e também a gente cobrou um pouco mais do poder público. (Ambientalista VIII, 06/03/2005).

Ainda:

O trabalho iniciou a partir de um projeto fomentado pelo Projeto Pró-Guaíba. A gente trabalhou em grupos, sentou, planejou e a idéia era partir da percepção e se chegara às representações sociais, fazer a interação com o ambiente para que houvesse um retorno. Mas foi todo programado, houve uma metodologia específica aplicada, existe o projeto todo estruturado, inclusive os relatórios referentes ao mesmo, e depois desse projeto, deu demanda para outras atividade. No mínimo a gente faz uma palestra na escola antes de ir, trabalhando as crianças, os visitantes antes de irem até o local e lá são feitas várias percepções desenvolvendo o máximo dos sentidos e fazendo a relação com a questão cultural, dos problemas ambientais e a necessidade de preservação em relação a questão da água. (Ambientalista IX, 09/03/2005).

Na maioria dos casos, se bem adaptadas essas metodologias à realidade local, obtém-se êxito nas ações de educação ambiental; em outros casos, porém, revela-se a insatisfação quanto ao processo tanto por parte dos educandos quanto dos educadores:

A metodologia não foi discutida no grupo, não foi verificado a que faixa etária seria dirigido o trabalho, não estava voltada a faixa etária e ao conhecimento que ele tinha e ao que o professor tinha trabalhado na escola sobre esse tema. Enfim, trazer outras referencias para trabalhar sobre o tema. A minha participação foi de fazer algumas colocações também de exposição sobre um determinado dano ambiental, mostrando apenas gravuras, a questão dos dejetos, a mata ciliar, os problemas do rio. Mas os alunos demonstravam desinteresse porque eles não estavam dentro, apenas ouvindo alguém falar como se fosse um problema que não era deles, era de outros. (Ambientalista I, 26/02/2005).

Também se podem observar planejamentos que recorreram ao autoritarismo regido pela legislação ambiental:

Na realidade, o planejamento foi no processo de embate. Essa questão da empresa entramos na justiça, no MP, contra a instalação do mesmo naquele local, resgatando a questão da lei, que é uma coisa que lutamos durante muitas décadas. Infelizmente foi feita uma audiência pública e essa deu um parecer favorável para construir. O fato positivo foi

que a cidade, por causa do grande impacto que deu em nível de informação na sociedade, ela redescobriu o Rio. Dois anos depois algumas pessoas que eram contrárias a nossa posição começaram a ver será que a empresa alguns metros além da margem do Rio? Então não conseguimos impedir a obra, mas a sociedade descobriu um rio que historicamente deu nome a cidade. (Ambientalista III, 28/02/2005).

Ainda, alguns ambientalistas comentaram que há planejamentos mensais, diários e constantes, como afirmou o Ambientalista XIV (28/03/2005): “O grupo traz idéias, socializa isso, se discute o que é importante, qual o objetivo e, se tiver adequado, aplica-se, estrutura-se e elabora-se o projeto, mas é coletivo, inclusive externo ao grupo”.

Quando questionados sobre se houve o processo de reflexão-ação posterior à atividade, que caracteriza um processo de práxis, percebeu-se através de depoimentos que essa ainda não encontrou sua plenitude tratando-se do educador ambiental no terceiro setor. Esse processo inexistiu segundo o Ambientalista II _ “Não houve a reflexão tampouco houve a avaliação do método a ser trabalhado no projeto” _ ou ficou reduzido a algumas ações posteriores de caráter emergencial ao problema detectado:

A ação posterior como nós perdemos a nível jurídico, nos sentamos à mesa de negociação e conseguimos um termo de ajustamento que é uma área que a empresa deve comprar do tamanho do empreendimento, que deve ser na margem do Rio PF, tem que se tornar pública, um parque. Da derrota que nós tivemos para um outro ângulo foi um sucesso. A área ainda não foi definida”. (Ambientalista IV)

De maneira insuficiente, segundo o Ambientalista XII, “em termos de equipe de campo estávamos sempre refletindo, mas em termos de reunião de grupo de ONG, muito pouco”. Ou ainda, nem comentados, de acordo com a justificativa do Ambientalista VII: “Como as ações foram feitas e os resultados apareceram na época depois a gente fez outra coisa e não voltou a falar mais no assunto. Em cada tempo era um assunto”.

Os subsídios teóricos adotados variaram desde recortes de periódicos, legislação ambiental, declaração das conferências mundiais, Rebea - Rede Brasileira de Educação Ambiental, Reasul e Unilivre e cursos da Universidade Líderes e do Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis. Dentre os pensadores na área os ambientalistas destacaram: Paulo Freire, Genebaldo Freire, Darcy Ribeiro, José Silva Quintas, Leonardo Boff, Frei Betto, Betinho, José Carlos Frozzi, Nanná Minini-Medina, Edgar Morin, Laís Morão, Marcos Sorrentino,

Michele Sàtto, Jean Piaget, Pestalozzi. Até Skinner foi citado como possível contribuidor. Nota-se, com isso, a confusão presente nas linhas teóricas, pois citar Skinner (método do estímulo-resposta) é incompatível com a formação de consciência esperada.

Salienta-se que algumas ações não se subsidiaram em autores, como afirmou ainda o Ambientalista X: “Durante a organização do trabalho não foram utilizados referenciais e autores para se desenvolver o trabalho, talvez aí que exista o maior ponto de fragilidade do processo. Então tu não sabes como dirigir”.

O maior desafio citado foi:

Refletir sobre as suas posturas, primeiro para depois constituir uma forma de trabalho na sociedade. Tenho que ter a clareza de minha postura e que objetivos tenho que ter para alcançar o trabalho. Passar por cima de muitas coisas, opiniões e posturas pessoais para ultrapassar.” (Ambientalista I)

Entretanto, também indicaram inúmeros outros problemas, inclusive de relacionamento, dificuldades financeiras, de estrutura, administrativa, trabalho voluntário, excesso de demandas ambientais por parte da comunidade. No sistema acadêmico:

Falta a relação antropológica, da parte da formação filosófica em EA. Alguns cursos ainda olham a questão ambiental como uma coisa externa, logo ali, não sabendo que o próprio ambiente em que nós vivemos seja nas casas, no trabalho é uma questão de EA, de repassar, de trocar idéias, experiências. Alguns cursos estão bastante engessados nessa forma de pensar, essas questões filosóficas, do pensar diferente. Também é uma questão que eu não consigo ver principalmente em nível de universidade em alguns cursos, que ainda trabalha de uma forma tecnocrata, tecnicista. (Ambientalista II)

Ambientalistas sentem também a falta de apoio, denunciada no relato a seguir:

Falta de suporte, tanto técnico, de material, financeiro, livros, verba para aplicar os projetos, falta da sociedade reconhecimento, uma sensibilidade maior. A gente é muito atacado ainda, falta no pessoal muito a parte metodológica, que eu sinto muita carência, que eu precisaria buscar metodologias para aplicar a EA. Além de que os desafios vêm principalmente da falta de apoio do executivo, até dos colegas. Tem algum ou outro professor que gostaria de seguir aquela linha determinada, mas tem o problema da falta de apoio, da falta de tempo, os currículos são muito repletos e o tempo é curto para dar aulas e desenvolver os trabalhos. (Ambientalista XII)

A ausência de remuneração e de profissionalização do educador ambiental no terceiro setor dificulta e até impede a luta:

Como somos voluntários, nós não temos remuneração nenhuma e muitas vezes tu tiras dinheiro do teu bolso para fazer funcionar a coisa, que tu quer ver acontecer, nós não temos diária, nem carro à disposição, é sempre uma incógnita. Vivemos da arrecadação de amigos que simpatizam com a causa então é muito difícil trabalhar dessa forma... Também a mídia não tem o conhecimento da realidade, necessitam de cursos de formação para não ratificar o errado e o pessoal se educa pelos meios de comunicação. Não se explicita a relação entre os problemas ambientais. Canais educativos não são de acesso da grande massa populacional... Faltam cursos de formação. (Ambientalista III)

É enquadrada como desafio a ausência de reconhecimento por parte dos demais setores:

Outro desafio é o apoio de outras entidades. Por ser uma ONG, precisa ter uma certa estrutura, as políticas e a questão política influenciam muito. Às vezes tem excesso de política ambiental, tem muita lei e não se consegue implementar; a questão, às vezes, é até pessoal. Outro entrave é a personalidade das pessoas que participam cada uma com um enfoque para determinada situação que pode gerar algum conflito, mas acho que se mantém a meta que é a EA e sabe-se que tem um consenso entre todos, trabalhando consegue-se passar por isso, mas é complicado... Fazemos ações pontuais e não atendemos à demanda do público por informações.” (Ambientalista IV)

Diante do exposto, percebe-se um enfraquecimento do movimento ecológico:

A dificuldade é unir o pessoal a participar, é manter o grupo unido e estabelecer um objetivo e que ele se faça, isso tudo é muito difícil porque uma ONG não tem fins lucrativos, nem receitas para aplicar. A gente fez até promoções, até baile para conseguir recursos para realizar as doações. (Ambientalista V)

Também é notável nas falas dos ambientalistas:

A desvirtualidade, as pessoas relacionam a EA somente a questão da relação com a natureza, mas é muito maior, do ser humano com todas as formas de vida e não vida, se não se percebe a amplitude disso, se restringe sua atuação. Quando a gente vai dar uma palestra as pessoas pensam que a gente vai lá falar da natureza e são relações muito maiores. As organizações governamentais (por exemplo, o sistema de ensino) muitas vezes não percebem isso, até onde toca a EA, a complexidade vê além. A transversalidade

é uma forma, mas ela está dentro do sistema de ensino como transversal e ela é inter, é multi, não elimina nenhuma forma. (Ambientalista VII)

Apesar das dificuldades encontradas, é necessário ressaltar:

O terceiro setor tem vários matizes: tem gente que está ali só para captar recurso, tem gente que é competente e sabe, tem gente que está ali porque faz parte do processo histórico, eles são as raízes. E precisamos entender que cada um deles tem uma contribuição, mas tem alguns defeitos. Das raízes precisamos fazer um recorte para nascerem novas raízes, não significa que porque você é raiz que você é dona da árvore. Então, um dos erros do movimento ecológico é a apropriação do conhecimento “nós que começamos a construir, então tudo tem que passar pela gente”, não. O mundo é dinâmico, a gente nasce e morre todo o dia e se não soubermos tirar o ar do pulmão, vai ficar um ar velho ali dentro e a coisa velha cria bolor. E a gente não pode cair nos vícios daquele que só quer dinheiro ou daquele que é acadêmico e que não entendeu porque a raiz tá lá embaixo, porque é ela a base, é ela que nutre. Todas as partes têm uma contribuição a dar e o que precisamos saber é trabalhar juntos e não disputar isso como mercado, isso não é um nicho de mercado. Até pode ser pela ótica de sobrevivência, por estarmos num mundo do capital e nada melhor do que ter uma estrutura para trabalhar, computador, dinheiro, espaço físico. Mas não só ter a fachada, por exemplo, o governo passou 12 anos produzindo um material riquíssimo sobre a Agenda 21 e de prático o que houve? É uma responsabilidade partilhada, temos que ir lá aprender a temperar o sapo, engolir o sapo. (Ambientalista XIII)

Esses depoimentos originaram a reflexão expressa nos subcapítulos a seguir: potencialidades e desafios, e modelos de educação ambiental identificados no terceiro setor, através da prática dos educadores ambientais ativistas das ONGs.

4.3 Potencialidades e desafios na militância ecológica

Após as entrevistas identificaram-se alguns desafios na militância ecológica, dentre destacam os subitens: estratégia de luta: confronto x parcerias; e trabalho voluntário: paixão no limite.

4.3.1 Estratégias de luta: confronto X parcerias

A população (sem a continuidade do processo educativo) ancora os aspectos punitivos e fixa de maneira negativa a prática ambientalista ou ecológica, acreditando que essa somente objetiva o impedimento do progresso; associa os ecologistas a um retrocesso econômico e contra o desenvolvimento, sendo taxativa ao referir-se aos mesmos com as expressões “ecochatos”, “ecoloucos” e “biodesagradáveis”, entre outras. Na área rural, a situação pode piorar, visto que produtores argumentam que não podem “fazer nada” (nem pescar, caçar, podar, irrigar, cortar árvores, plantar transgênicos ou queimar campos), nem são donos de suas propriedades, tudo por culpa do “tal” meio ambiente.

Também desconhecem as relações entre os seres e a legislação ambiental e julgam que é uma forma que o governo encontrou de “arrancar” dinheiro dos pequenos. Essa idéia é reforçada também pelas grandes multinacionais, detentoras de grande poder econômico e com influência sobre a mídia, que manipulam dados e utilizam essas distorções ao seu favor. Os resultados negativos das pesquisas são abafados e “compensados” com ações de pequena importância, mas de grande *marketing*.

É necessário que o educador ativista desenvolva estratégias (evitando o confronto direto) que estimulem o desenvolvimento da capacidade crítica do público-alvo (produtores e consumidores), visando combater o processo de alienação. Caso contrário, se for radical ou dogmático, somente desperdiçará suas energias e não atingirá seus objetivos de sensibilização para a preservação. A tarefa de educar exige preparo do educador e planejamento das atividades.

Aqui, mais uma vez, revela-se a necessidade de formação em educação para trabalhar com educação ambiental. O embate é importante, mas não é suficiente.

4.3.2 Trabalho voluntário: paixão no limite

Os ambientalistas citaram a necessidade de profissionalização e de a universidade ampliar o debate sobre as ONGs ecológicas. Muitos afirmaram que a vantagem de possuir essa qualificação seria a unificação de forças para o reconhecimento social da importância desse trabalho, porque é indispensável que o educador ativista possua um auxílio financeiro mínimo para fomentar sua dedicação à causa. Isso não desmerece o trabalho voluntário, mas evita que muitos ecologistas abandonem a luta para dedicar-se a atividades de subsistência. Em algumas ONGs a remuneração se dá via projetos, porém não é sempre que os projetos são selecionados e, quando o são, determina-se um tempo limitado e o ambientalista cai, outra vez, na instabilidade e insegurança.

Atuando nesse sentido podemos registrar a atuação de alguns militantes que possuem cursos de capacitação, pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), e também a existência da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais que divulga cursos de qualificação em educação ambiental e da Rede Brasileira de Educação Ambiental a qual propicia a circulação de informações em rede. Algumas entidades possuem *sites* interativos e *homepages* para a troca de conhecimentos, porém nenhuma das ONGs estudadas utilizam esse veículo de comunicação devido aos custos de manutenção.

Também ocorre que geralmente não há encontros para a sistematização e troca dos saberes adquiridos pelos militantes com formação dentro das organizações, além de que os poucos cursos que existem são em locais distantes, o que implica em despesas com transporte, alimentação e hospedagem; ou, ainda, são realizados durante o ano letivo ou nos períodos em que o militante trabalha para subsistência. Pode-se comparar a situação de algumas ONGs com a situação da maioria das escolas públicas brasileiras: poucos recursos financeiros e “humanos”, carência de infra-estrutura e de material didático, remuneração injusta e sobrecarga de trabalho.

A formação em educação (frisada várias vezes durante o texto) pressupõe a aquisição e construção de múltiplos conhecimentos, entre os quais, destacam-se: noções de pedagogia, didática, estrutura e funcionamento do ensino, teorias e políticas educacionais, fundamentos filosóficos e sociológicos, prática de ensino, pesquisa em educação. Não é necessário que essa formação seja oriunda do sistema formal de ensino, pois ela poderia ser realizada nas ONGs através de seminários internos ou de cursos de qualificação profissional. Assim, com certeza, a luta ecológica estaria mais bem subsidiada.

4.4 Modelos de educação ambiental no terceiro setor

No decorrer das observações e contato com as ONGs estudadas, pode-se encontrar alguns modelos que contemplam modalidades distintas de educação ambiental, descritas, a seguir.

4.4.1 Educação ambiental não formal e podas urbanas: recorrendo a um modelo tradicional

Aqui se registra o instrumento legal tão frisado pelos ecologistas, a legislação, que, de acordo com o informe do Ministério Público (2005), orienta que podar árvores situadas nos passeios públicos. Em tese, é crime ambiental (art. 49 da lei nº. 9.605/98) sendo conduta vedada aos particulares pelo Código Municipal de Arborização Urbana (Anexo 1). As árvores nativas, mesmo dentro de propriedades particulares, necessitam de licença municipal antes de serem podadas ou abatidas.

Pode acontecer que, em razão de carência de conhecimentos pedagógicos, algumas vezes a ação distanciar-se da realidade da população. Na questão de podas irregulares são encaminhadas denúncias que terminam em multas para o proprietário, que por sua vez, revolta-se, pois não compreende a real necessidade de respeitar a época da poda e as regiões da planta que devem ser respeitadas (gemmas axilares). Isso acontece porque há inexistência de uma

orientação inicial e gera-se um meio de contenção de danos que se assemelha à educação tradicional (autoritária e punitiva).

No caso de encaminhamento de denúncias não se leva em consideração o contexto no qual o infrator está inserido, que muitas vezes é pessoa carente e sem instrução e, noutras, não possui as condições básicas de saneamento e alimentação. Esse procedimento torna-se contraditório, porque geralmente os mesmos ambientalistas ou entidades que foram responsáveis pelo encaminhamento da “punição” estarão visitando em breve esse morador sob o pretexto de realizar a “tal” da educação ambiental através de outros enfoques. Quando há questionamento dessa conduta não raro se escuta o chavão “lei é lei”, devendo ser cumprida e igual para todos. Mas se a educação prioriza a busca pelo desenvolvimento do senso crítico e a formação de cidadãos conscientes, como explicar essa conduta muitas vezes incoerente? A crítica sutilmente está dando lugar ao processo de alienação? E como está sendo tratada a questão socioambiental?

Retomando e adequando as três ecologias propostas por Guatarri (1996) nesse exemplo de situação corriqueira na prática ambientalista, observa-se que apenas está sendo contemplada a ecologia do meio ambiente, que é a do meio físico natural, a dos recursos naturais, da fauna, da flora, dos recursos hídricos, da preservação do solo. Relacionando essa ecologia (da forma como foi utilizada no exemplo) com a educação, percebe-se que, na prática, frisa o pilar “aprender a fazer” utilizado pelos ecologistas, mas, intrinsecamente, deveria aproximar-se do pilar “aprender a aprender”, sendo reconduzida pelo ecologista com o cunho de incentivar na comunidade a construção de novos saberes.

A ecologia das relações sociais, que pressupõe a gestão ou negociação e a mediação do conflito entre os atores sociais (infratores, ecologistas e poder público) e está sustentada no pilar “aprender a viver juntos”, aprendendo a conviver com e a reconhecer a diversidade contextual, está sendo deixada de lado. Também ocorre assim com a ecologia da subjetividade humana, que contempla as percepções ou concepções de cada indivíduo, construídas mediante suas vivências na família ou sociedade como um todo, que se aproxima do pilar “aprender a ser”, ou seja, estar a altura de agir com cada vez maior capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal. Esta última ecologia explica a complexidade da questão ecológica e a barreira de se efetivar as bases do processo de conscientização.

Ao se articularem as ecologias e os pilares da educação, novamente se salienta a necessidade de subsídios didáticos e pedagógicos por parte do educador-militante para a

promoção da educação ambiental, porque essa é um processo contínuo e propõe uma visão holística (visão do todo, resgatando a teoria de Gaia²⁴), integrada e socialmente construída. Passando do exemplo inicial às ações propriamente ditas, essa exigência de conhecimentos em educação cresce ilimitadamente.

Deve-se ampliar o senso crítico - agir sob controle da lei e procedimento ético. Essa necessidade foi observada em uma conversa informal na reunião ordinária de 28/04/05, de uma das ONGs da pesquisa:

Ambientalista N. Poda devido à fiação elétrica, a condução até pode ocorrer.

Ambientalista I. Estética, não?

Ambientalista N. Até pode ocorrer, mas desde que seja acompanhada por uma pessoa que conheça o assunto. O que acontece é o contrário. O Joãozinho da Silva que não entende nada de árvore, vai lá poda e mata a árvore.

Ambientalista M. Não mata, destrói ela, altera a forma, ou ocorre aquele chumaço de galhozinhos num canto porque cortou e aí as brotações vieram. Então, não se pode trabalhar com as árvores dessa maneira, não é podar do jeito que eu quero. Plantou uma árvore em via pública é trabalho da administração cuidar dela. Seja formando equipes, não é nada muito complicado, o que se tem que fazer é muito pouco.

Ambientalista I. A prefeitura já está cheia de coisas para fazer, cheia de trabalho, e ela vai se importar com tudo? Será mais onerada? Se cada um cuidasse daquela que planta seria melhor.

Ambientalista M. Mas cada um não é uma pessoa que entende daquele assunto. A árvore tem uma maneira de se desenvolver e não é o homem ignorante que vai lá e corta da maneira que quer. Isso não é evolução é involução, é andar para trás. Temos que educar para que as coisas sejam feitas de melhor maneira e não admitir que tem uma árvore e: “Eu corto essa, planto outra...” Não é assim. A gente fez esse trabalho e o ano passado deu 5% das denúncias que se tinham antes. Resolveu 95%. Esses aí vão ser multados e a situação vai melhorar.

²⁴ Teoria de Gaia: Segundo Boff (2004), a própria Terra, como um todo, enuncia-se como um macroorganismo vivo (da mitologia grega e da moderna cosmologia), como uma entidade complexa que abrange a biosfera (vida), a atmosfera (ar), a hidrosfera (oceanos) e a litosfera (solo), e esses elementos constituem um sistema cibernético ou de realimentação que procura um meio físico e químico ótimo para a vida nesse planeta.

No caso das podas urbanas, acaba-se recorrendo a um modelo tradicional de educação, justificado porque as tentativas anteriores de educar a população falharam, ou porque talvez a metodologia não foi adequada ao problema e, infelizmente, a punição sem reflexão é uma educação autoritária.

4.4.2 - A educação ambiental informal e o caso da transgenia

Segundo Benincá (2002), existe a capacidade presente no senso comum de possibilitar a transformação da concepção de mundo ingênua das pessoas ou, então, o seu poder de resistência à transformação. Essa transformação pode acontecer sem que haja qualquer intervenção da capacidade reflexiva da consciência, fenómeno observado em indivíduos que se submetem passivamente à ação dos meios de comunicação social, principalmente da televisão, ou a outros ambientes estranhos à sua concepção do mundo.

O autor indica, ainda que:

Senso comum é conhecimento. Na história da filosofia prevalece a visão epistemológica que confronta o senso comum. Heráclito percebe-o como ignorância; Platão considera-o como ilusão e Boaventura de Sousa Santos chega a designá-lo de “conhecimento falso”. A visão epistemológica negativa do conhecimento do senso comum caracteriza-o como ingênuo e acrítico, de tal modo que precisa ser superado. Contudo, esta mesma visão epistemológica pode fazer outra leitura, mais significativa, do senso comum. Aristóteles descobre-o como um conhecimento sábio por ser prático; Gramsci denomina-o de filosofia espontânea por estar carregado de sentidos e, acima de tudo, por ser prático, com o que podemos aproximá-lo da consciência prática. Ainda Gramsci enriquece o conceito de senso comum quando o aproxima de concepção de mundo. (BENINCÁ, 2002, p.82).

Um caso em que se observa essa transformação sem que haja qualquer intervenção da capacidade reflexiva da consciência refere-se à crescente discussão acerca da biotecnologia ou da tecnologia do DNA (ácido desoxirribonucléico) recombinante, esta definida como um conjunto

de técnicas que permitem aos cientistas identificar, isolar e multiplicar gens dos mais diversos organismos em prol da melhoria quantitativa e qualitativa principalmente na saúde humana através de terapia gênica, da clonagem celular e da produção de alimentos.

Essa tecnologia permite extrair DNA de um organismo, ou mesmo de uma pequena amostra de osso ou sangue, para, depois, submetê-lo a diversas técnicas de estudo. Entretanto, por se tratar de organismos vivos, que possuem a capacidade de recombinação, é necessário estar alerta para a introdução e/ou utilização indiscriminada desses organismos geneticamente modificados no meio ambiente.

A biotecnologia é encarada como a “terceira revolução” ou “revolução genética” visando ao aumento da quantidade e da qualidade na produção de alimentos. Também a genética auxilia a medicina através de diagnóstico (a análise de trechos do DNA permite identificar gens que sofreram mutações e possam causar alguns tipos de doenças como o câncer de mama), da terapia (através da substituição de gens defeituosos por gens sadios que produzam proteínas normalmente), e de novos medicamentos (por meio do mapeamento do código genético é possível produzir proteínas sintéticas utilizadas no controle e combate de doenças).

Organismos geneticamente modificados são aqueles que possuem uma alteração em seu código genético em virtude de manipulações via ação humana em laboratório. De acordo com a lei nº. 8.974, que estabelece normas para o uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente. Os organismos transgênicos são aqueles que recebem e incorporam gens de outra espécie, através da clonagem gênica em bactéria ou em vírus, de onde o gen é extraído e transferido. As primeiras plantas transgênicas foram desenvolvidas em 1983, quando um gen para a resistência contra o antibiótico canamicina foi introduzido em plantas de fumo. Nessa perspectiva tem-se: um gen de interesse, uma técnica para transformar células vegetais pela introdução do gen de interesse e uma técnica para regenerar, a partir de uma só célula transformada uma planta inteira.

Entre as espécies geneticamente manipuladas que já foram para o campo, destacam-se: soja, milho, batata, tomate, feijão e algodão. De uma maneira geral cinquenta dessas espécies foram transformadas com gens que conferem resistência a herbicidas, vírus e insetos. Em outros 30% dos casos, o objetivo era o aumento da qualidade dos produtos e o restante visou à obtenção de resistência a fungos ou à obtenção de conhecimentos básicos na área de biologia molecular de plantas ou das interações entre estas e patógenos.

Através das leis de patentes de propriedade intelectual, como a Lei de Patentes e de Proteção de Cultivares, as empresas que comercializam sementes transgênicas estabelecem um contrato com os agricultores, que pagam uma taxa adicional pela tecnologia (royalties), não podem guardar nem repassar a amigos ou parentes parte da colheita para usar como sementes na próxima safra, pagam por fiscalização e correm o risco de serem multados caso não cumpram as cláusulas.

Alguns cultivares se cruzam facilmente, podendo contaminar lavouras vizinhas. Também, no caso da variedade de soja, os resíduos do herbicida, além de permanecerem nos alimentos, poluírem o solo e a água, podem ser levados pela água da chuva ou vento durante as pulverizações. No meio ambiente deve-se estar alerta para fluxo gênico e desequilíbrio ambiental.

Sabendo-se da grande diversidade (diferentes espécies de seres vivos) que habita a Terra atualmente e que esses seres vivos mantêm obrigatoriamente relações em seus ecossistemas, seja de forma direta ou indireta, numa grande teia alimentar, percebe-se o grande risco de introduzir genes ou alterar a genética de uma espécie, porque, com isso se podem afetar milhares de outras espécies. Organismos vivos podem sofrer mutações, inclusive silenciosas, que passam de uma geração a outra, alterando muitas vezes irreversivelmente seu código genético.

Na Conferência RIO 92 foi proposto formalmente o princípio da precaução. A sua definição, dada em 14 de junho de 1992, é a garantia contra os riscos potenciais que, de acordo com o estado atual do conhecimento, não podem ser ainda identificados. Este princípio afirma que a ausência da certeza científica formal e a existência de um risco de um dano sério ou irreversível requerem a implementação de medidas que possam prevenir esse dano. É uma proposta atual e necessária como forma de resguardar os legítimos interesses de cada pessoa em particular e da sociedade como um todo.

O princípio da precaução é fundamental para a abordagem de questões tão atuais e importantes como a produção de alimentos transgênicos e a clonagem de seres humanos. Reconhecer a existência da possibilidade da ocorrência de danos e a necessidade de sua avaliação com base nos conhecimentos já disponíveis é o grande desafio que está sendo feito a toda comunidade científica mundial.

No confronto de idéias, em 30/06/05, com dois ambientalistas, atuantes em ONGs, e que possuem visões distintas sobre a transgenia, pode-se observar alguns problemas sobre a rotulagem, direito de escolha, a fome no mundo, ética do lucro, entre outros:

Ambientalista IX. Transgênicos facilitam o plantio, é mais prático, mais simples. Em vez do agricultor usar vários tipos de agrotóxicos para a contenção das ervas daninhas, ele utiliza só um, no caso o glifosato e com ótimo resultado, a planta cresce sem a competitividade com as ervas

Ambientalista X. O Brasil já produz mais de 100 milhões de toneladas só de grãos, que dividindo pela nossa população, daria para alimentar pelo menos três vezes a nossa população, e ainda sobra todo o resto que é produzido sem uso de grãos!

Ambientalista IX. Com a lei da biossegurança que foi aprovada, outros gens devem ser utilizados na soja para o controle da lagarta, aí vai ser o controle de pragas sem utilizar agrotóxicos, isso é muito interessante. A questão também agora de conseguir uma planta resistente a seca, diminuindo a perda de água das folhas e a planta terá uma raiz mais profunda.

Nesse embate, foi proposta a reavaliação da ciência como a tábua de salvação para os problemas socioambientais:

Ambientalista X. A ciência sempre promete maravilhas, que os incautos compram no escuro, mesmo que o ambiente tenha sido destruído pelas tecnologias desenvolvidas pela ciência, colocando em risco a própria sobrevivência do homem, com a mudança climática e o buraco na camada de ozônio, para citar só dois grandes perigos. Mesmo sendo a credence dos tempos atuais, ao contrário de Igreja, a ciência não pede perdão pelos seus pecados, pior, pouco faz para consertar as mancadas, que a própria sociedade tem que fazer. Agora, por exemplo, por causa das promessas do transgênico, produtores estão cometendo crimes ambientais, secando banhados e derrubando o que resta de mato.

Ambientalista IX. Os ambientalistas têm uma função importante que é defender o meio ambiente, mas eles não podem ser tão radicais a ponto de impedir o avanço tecnológico, o avanço da ciência, a produtividade e até a questão econômica. Precisa ter uma razão concreta para isso, porque até agora não se sabe ainda, não se tem nada comprovado de que faça mal, até agora o resultado dos transgênicos são bons e o futuro está relacionado à genética...

Outro ponto levantado foi a defesa da vida como princípio de acerto da trajetória do movimento ecológico:

Ambientalista X. Até agora os ambientalistas sempre estiveram certos, e nunca impediram o progresso da ciência. Mais uma vez, o que fazem é evitar erros que podem ser quase definitivos, muito difícil de voltar a situação anterior. E os produtores já estão chorando, brigando agora com a multinacional, como a gente avisou...

Ambientalista IX. Se tira um gen de um animal para colocar numa planta não dá para se dizer que vai fazer mal ao homem, eu acho que não vai fazer mal.

Ambientalista X. Acha, né? Tanto pode como não pode, só pesquisas sérias e mais demoradas poderiam comprovar isso, mas elas não existem, poucas forma feitas e, mesmo assim, cerca de 20 a 30% indicaram problemas que seriam suficientes para acender uma luz bem vermelha. Quem pode citar vinte pesquisas específicas? O amigo aí certamente que não!

Ambientalista IX. Os ambientalistas vêem uma coisa não vou dizer retrógrada, mas vêem uma coisa muito presente, isso é agora, só que se eles ficarem nessa visão eles vão impedir um crescimento e avanço no futuro e isso não pode. É preciso ter um paralelo, ter um meio-termo. Eles não podem impedir a ciência que trate desse estudo, que avance.

Ambientalista X. A história da ciência mostra prodigamente que boa parte do que ela faz causa mais dano que benefício, ou causa muito malefício junto. Questioná-la não é impedi-la, é melhorá-la, o que é muito necessário, se queremos o bem da sociedade.

Infelizmente, o trecho a seguir revela a inculcação ocasionada pelo livro *Máfia verde* no discurso de um dos ambientalistas (o mesmo que não se inseriu subjetivamente como ambientalista na fala anterior), mostrando despreparo e desconhecimento da causa:

Ambientalista IX. Existem muitas empresas, muitas firmas que patrocinam parte dos ambientalistas, há interesse econômico possivelmente que empresas multinacionais de agrotóxicos estivessem mantendo os ambientalistas, as empresas, as ONGs contra a transgenia porque vinha de encontro aos interesses dele.)

Ambientalista X. Alguém pode provar isso? Ambientalista não recebe dinheiro de poluidor assim no mais, e muito menos é bucha de canhão deste pessoal. Falam sem saber de onde vem isso, só para falar mal de quem, voluntariamente, luta em defesa da sociedade, e da sua qualidade de vida.

Ambientalista IX. Mas para o agricultor, ela não interessava muito a venda dos produtos deles. A multinacional da transgenia conseguiu uma tecnologia que favoreceu toda uma

classe, dos agricultores... As empresas de agrotóxicos perderam e muito com os transgênicos.

Ambientalista X. Ao contrário, quando você aplica mais de cinco litros de glifosato por hectare, já está aplicando mais veneno que no convencional, pois o glifosato tem cerca de 50% mais de princípio ativo por litro, em relação aos outros agrotóxicos. Nos EUA, há anos a venda de agrotóxicos aumentou com os transgênicos, e aqui já deve estar assim também, só que agora ninguém está fazendo as contas.

Ambientalista IX. A agricultura orgânica é uma alternativa boa só que não é possível produzir em larga escala para suprir a demanda de alimentos...

Ainda se revela a esperança através de alternativas agroecológicas eficazes que superem a dicotomia transgenia X agroquímicos:

Ambientalista X. Mais uma vez este agricultor está enganado, por aqueles que informam ele. No Brasil existem lavouras orgânicas de mais de 1.000 ha, eu mesmo conduzi um projeto de boi orgânico de 4.000 ha e mais de 10.000 animais, com melhor produção e qualidade que o convencional. No mundo já são cerca de 50 milhões de ha de orgânicos, produzindo tudo que o homem produz, com melhor qualidade e preservando a paisagem. Mas interessa a quem vive destes produtores, dizer que o orgânico não dá isso ou aquilo. E eles embarcam, porque senão todos plantariam orgânico.

Ambientalista IX. As pesquisas em agricultura têm que andar em todos os sentidos para beneficiar a população. Eu acho que o gen da soja não vai interferir em outras plantas e com certeza os transgênicos vêm colaborar para diminuir o impacto ambiental porque reduz o número de agrotóxicos...

Ambientalista X Já mostrei que não reduz o impacto dos agrotóxicos após quatro ou cinco anos, mas dizer que não afetam outras plantas, só quem não concluiu um bom ginásio, pois as plantas se cruzam sim, umas mais outras menos, mas todas se cruzam, e, às vezes, também com plantas selvagem aparentadas. E aqueles que não querem transgênicos, como mais de 50% da população? Ele está de acordo em pagar os prejuízos das lavouras orgânicas e convencionais contaminadas pelo gen "transgênico", com está acontecendo? Já temos uma ação neste sentido com a multinacional, que certamente vai cobrar dos produtores.

Ambientalista IX. A questão dos royalties é uma questão política, os agricultores querem pagar sobre a semente plantada e não sobre a produção, tem de se examinar a Lei de Patentes.

Ambientalista X. Esta questão dos royalties vai ser a maior pedra no sapato dos produtores, como eles começam a sentir agora. Mas eles introduziram isso, eles quiseram perder o direito de fazer a sua semente, e transferir fortunas em dinheiro seu para os donos das patentes. Tudo isso já é uma realidade que o produtor está vivendo, mas vai piorar muito ainda. Enquanto ele só acreditar em quem o levou à situação econômica ruim que se encontra, e ele parece não perceber isso, ele vai aceitando tudo que lhe apresentam numa embalagem bonita como nova tecnologia. Depois de algum tempo, descobre que não era bem assim. Ele continua na mesma.

Nessa entrevista, percebe-se a dualidade do discurso transgenia x agrotóxicos como imperativa na discussão, impedindo realmente o diálogo e restringindo-se a monólogos sem resultado efetivo. Talvez o mercado multinacional esteja sendo o mantenedor dessa postura através da apropriação da mídia para realizar o seu *marketing*. É necessário convergir forças para buscar alternativas; seria muito fatalismo ter de escolher entre poluir o ambiente agora (através de agroquímicos) ou comprometer todo o patrimônio genético da humanidade (lançando espécies geneticamente modificadas ao meio ambiente).

O avanço da técnica de transgenia contribuiu para o desenvolvimento de vários medicamentos, como, por exemplo, a insulina suína adaptada ao consumo humano para diabéticos. Esse foi um avanço, mas qual é o problema de lançar OGMs ao ambiente? A questão-chave está nas experiências com seres vivos, pois as células mutam, se recombina e se multiplicam.

Seres vivos fogem ao controle e à previsibilidade porque se reproduzem e, no ambiente, pode ocorrer o fluxo gênico, ou seja, aquele gen da outra espécie ou transgene pode se incorporar ao DNA de várias outras espécies comprometendo a biodiversidade do local. O cultivo de transgênicos reforça a tendência à uniformidade genética na agricultura, com grandes monoculturas utilizando poucas variedades da mesma espécie. Essa uniformização torna as culturas mais suscetíveis a pragas e doenças, levando a demandas cada vez maiores por agrotóxicos.

Então emerge a questão ética²⁵: a biossegurança alia-se à bioética (ramo da ética priorizando a vida) ou ecoética (ramo da ética priorizando o ambiente) para tratar dessas questões. No Brasil a lei 11.105, de 24 de março de 2005, permite a pesquisa e liberação, mas relega a tarefa de decidir sobre as normas éticas para o Conselho Nacional de Normas Técnicas e Biossegurança (CNTBio).

Acima de tudo deve-se encontrar a ética da vida, um pensar que priorize a preservação das espécies e leve em consideração as teias alimentares que se estabelecem nos diferentes ecossistemas do planeta. Embasado nessas premissas, o educador ambiental tem maior chance de encontrar abertura para a inserção de sua prática nos meios de comunicação e na sociedade como um todo.

4.4.3 Educação ambiental formal: apostando no desenvolvimento infantil

A maior esperança de transformação através da educação ambiental, na qual os ambientalistas apostam, são as crianças, que “serão os futuros governantes”. Essa afirmação não deixa de ser uma forma de passar a responsabilidade para a solução dos problemas para quem ainda nem possui entendimento da sua amplitude. Contudo, apesar disso, é realmente necessário preparar e sensibilizar as crianças para se inserirem nesse conflituoso contexto, de uma metodologia adequada a cada faixa etária.

Entretanto, os dados das entrevistas revelam que a maior parte dos trabalhos com os pequenos está voltada a uma metodologia tradicional. Um dos educadores entrevistados avaliou uma de suas experiências:

A metodologia utilizada para se trabalhar com a proposta, eu acredito que não tenha sido a melhor metodologia, pois os alunos das escolas que estavam ali participando, eles praticamente só ouviam o que tinha que ser feito e não falavam nada do que eles sabiam ou do que eles tinham, no seu conhecimento. A forma como foi trabalhada não valorizou

²⁵ Ética: palavra originada diretamente do latim *ethica*, e, indiretamente do grego *ηθική*, *ethiké*. É um ramo da filosofia e um sub-ramo da axiologia que estuda a natureza do que consideramos adequado e moralmente correto. Pode-se afirmar também que Ética é, portanto, uma doutrina filosófica que tem por objeto a moral no tempo e no espaço, sendo o estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana.

o saber que eles tinham sobre aquilo, sobre o rio da cidade onde os alunos vivem e qual o comportamento deles em relação a isso e as atitudes. Foi somente um trabalho de exposição sobre os problemas do rio Passo Fundo. A minha participação foi de fazer algumas colocações também de exposição sobre um determinado dano ambiental, mostrando apenas gravuras, a questão dos dejetos, a mata ciliar, os problemas do rio. Mas os alunos demonstravam desinteresse porque eles não estavam dentro, apenas ouvindo alguém falar como se fosse um problema que não era deles, era de outros. (Ambientalista II)

Freire (1997) menciona que os educandos possuem saberes socialmente construídos que devem ser aproveitados no processo de ensino-aprendizagem, porém cada vez mais, se torna uma tarefa difícil atingir esses saberes. A mídia televisiva recheada, de imagens e velocidade de acesso a informações criou um ambiente múltiplo para o desenvolvimento infantil; por sua vez, os processos de ensino, principalmente na escola, não acompanharam essas mudanças. Assim, o discurso por si só não consegue ancorar conhecimentos na criança. É necessário construir uma nova metodologia, inclusive de formação dos educadores para o uso crítico dessas tecnologias e de outros recursos importantes.

Como recurso e alternativa pedagógica importante pode-se citar o material concreto. Na prática, seria fundamental os educadores ambientais disporem de uma brinquedoteca²⁶ ou até mesmo de uma recicloteca, ou um acervo construído com sucatas e outros materiais alternativos. Vários brinquedos e jogos podem ser criados para que de uma maneira divertida possa-se contribuir para o desenvolvimento da sensibilidade ambiental na criança, além de propiciar um envolvimento com a cultura local, resgatando atividades lúdicas de diferentes épocas (peteca, peão, cinco-marias, bilboquê de PET, entre outros).

Outras atividades que redirecionam o pensar ecológico na infância são aquelas que quebram a rotina da sala de aula, tais como trilhas perceptivas, escrever para jornais locais, pesquisar a comunidade, realizar mostra de trabalhos e o contato com diversos ambientes (meio físico-natural, artificial e social). Nesse sentido, as ONGs podem aproveitar as parcerias com as instituições formais para desenvolver seu trabalho; assim, torna-se necessária a inserção dos educadores nessa realidade para que consigam desenvolver sua práxis.

²⁶ Brinquedoteca: é um espaço de que o indivíduo, independentemente da faixa etária, utiliza-se para realização de vivências lúdicas através do brincar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 Educação ambiental, práxis e militância:

Neste item busca-se, apenas, suscitar alguns elementos para a reflexão dos educadores ambientais nas ONGs, visto que os mesmos merecem ser aprofundados de acordo com a realidade na qual cada entidade ecológica está inserida no atual momento histórico. Isso porque são intensas as discussões que se estabelecem entre os defensores da utilização indiscriminada das “novas ciências tecnológicas” componentes do meio técnico-científico-informacional e defensores de uma sustentabilidade planetária, ou seja, os ecologistas militantes. Nesse percurso impõem-se “embates”, confrontos diretos e brigas acirradas em virtude da de conceitos e disputa de poder, cada qual com um discurso idealista, muitas vezes dogmático e mal-interpretado.

Em meio a esse terreno de conflitos está a sociedade civil, desprotegida, manipulada por elementos que compõem a chamada “indústria cultural”, como, por exemplo, a mídia. Assim, percebem-se “cidadãos” confusos: ora com desejo de preservar e cuidar o ambiente, ora preocupados com o fato de essas ações poderem interferir na ordem e no progresso científico e tecnológico da humanidade. Assim, a atenuação da crise planetária resultante de anos de exploração intensa e descontrolada dos recursos naturais parece depender somente de novas técnicas de exploração ou contenção e da ciência biotecnológica, mantendo incubados os problemas geradores dos grandes conflitos que se estabeleceram ao longo dos últimos anos, esses relacionados à formação humana, às condições da razão social e aos princípios éticos que norteiam as relações entre seres humanos com o meio e entre si.

5.2 O grito na floresta:

Muitos anos após a morte do sertanista e ecologista Chico Mendes, ainda se tem o desprazer de conviver com a violência praticada contra ambientalistas e missionários que lutam por justiça social e equilíbrio ambiental, como no caso da irmã Dorothy Steing. Mas esse é apenas um foco de explicitação das relações de dominação estabelecidas pelo sistema vigente, pois segundo Martins,

a nossa sociedade está se transformando numa sociedade dupla, duas “humanidades” na mesma sociedade. De um lado, uma humanidade constituída de integrados (ricos e pobres). Todos inseridos de algum modo, decente ou não, no circuito reprodutivo das atividades econômicas: todos têm o que vender e o que comprar. Essa é a nova desigualdade. Além disso, têm direitos reconhecidos, têm um lugar assegurado no sistema de relações econômicas, sociais e políticas... Mas está crescendo brutalmente no Brasil uma outra sociedade que é uma sub-humanidade: uma humanidade incorporada através do trabalho precário, no trambique, no pequeno comércio, no setor de serviços mal pagos ou, até mesmo, escusos, etc. O conjunto da sociedade já não é a sociedade da produção, mas a sociedade do consumo e da circulação de mercadorias e serviços. Portanto o eixo de seu funcionamento sai da fábrica e vai para o mercado. (MARTINS, 1997, p.37).

Nesse sentido, quem grita? A floresta? Os animais da floresta? O homem da floresta? O homem na floresta? Ou o homem pela floresta? Aqui dedico o espaço para fazer ecoar o grito que foi sufocado na garganta dos seguintes ambientalistas:

Francisco Alves Mendes Filho - Chico Mendes tinha completado 44 anos no dia 15 de dezembro de 1988, uma semana antes de ser assassinado. Acreano, nascido no seringal Porto Rico, em Xapurí, se tornou seringueiro ainda criança, líder sindical, participou ativamente das lutas dos seringueiros para impedir desmatamentos através dos "empates", da proposta de "União dos Povos da Floresta", que busca unir os interesses de índios e seringueiros em defesa da floresta amazônica propondo ainda a criação de reservas extrativistas que preservam as áreas indígenas. Em 22 de dezembro de 1988, foi assassinado na porta de sua casa.

Castro das Mercês - agente florestal do Ibama na Reserva Biológica do Tinguá, membro do Grupo de Defesa da Natureza (GDN) e amigo de Dionísio há anos. Márcio já foi vítima de quatro atentados a tiros, dos quais escapou ileso, além de um apedrejamento. Ele denuncia a caça predatória e a exploração irregular de palmito, além de casos de conivência do próprio Ibama.

Rogério Rocco - da ONG Os Verdes, foi ameaçado entre 1997 e 2000 por impedir construções na faixa marginal de proteção de rios quando ocupava o cargo de secretário-assistente de Assuntos Ambientais de Niterói. Certa vez, todas as saídas do prédio em que trabalhava foram trancadas com cadeados. Minutos depois de descobrir as trancas, um telefonema confirmou a autoria da ação.

Edil Polido - que luta há vinte anos pela preservação das águas de Adrianópolis, Nova Iguaçu. Em 2001, liderou uma campanha contra a instalação de um aterro sanitário próximo à Reserva de Tinguá, foi ameaçado e perseguido. Mário Moscatelli - biólogo, foi diretor do Departamento de Controle Ambiental de Angra, uma espécie de secretário de Meio Ambiente. Na briga para preservar os manguezais e regular o uso da zona costeira, foi vítima de quatro ameaças de morte.

Gerhard Sardo - ambientalista de Niterói, já foi ameaçado cinco vezes por defender o Parque Estadual da Serra da Tiririca e a Área de Proteção Ambiental de Maricá, denunciando ocupações irregulares de posseiros na praia do Sossego. Marco Aurélio de Oliveira Paes - chefe de fiscalização do Instituto Estadual de Florestas vem sofrendo há nove meses ameaças anônimas por telefones e cartas.

Hermano Reis - membro do Comitê de Defesa da Ilha Grande, em Angra dos Reis, recebe ameaças de posseiros e empresários responsáveis por ocupações irregulares na ilha. Em Itatiaia, Léo Nascimento, diretor do Parque Nacional de Itatiaia, enfrenta palmiteiros e as patrulhas do Ibama são freqüentemente recebidas a tiros quando rondam o parque.

Álvaro Marques de Oliveira - advogado e fundador da ONG Serena, foi morto em 23 de fevereiro de 1999, em Angra dos Reis, por denunciar o desmatamento ilegal de manguezais. O crime ainda não foi solucionado. Na época, a linha de investigação da polícia e do Ministério Público de Angra foi a de que a motivação do assassinato teria sido uma disputa de posse pela ilha de Sandri, na divisa dos municípios de Angra e Paraty.

Seu Edu - morto em Maricá, em 1993, combatia o roubo de areia nas praias da região. As denúncias feitas por Seu Edu acusavam a formação de uma cratera pela extração de areia da praia

de Itaipuaçu. Apontava também diversos loteamentos irregulares em áreas da mata Atlântica. Até hoje sua morte não foi esclarecida.

Sargento Amauri - do Batalhão de Polícia Florestal e Meio Ambiente, foi assassinado em Itaperuna, em 1992, ao tentar coibir a pesca predatória em uma fazenda da cidade. Fernando - da ONG Univerde, de São Gonçalo, foi apedrejado até a morte no Terminal Norte de Niterói, em 1998. Ele denunciava invasões de manguezais na Baía de Guanabara. Enfim, o grito para Dorothy Staing - missionária que foi assassinada no município de Anapu, no Pará, interrompendo seu trabalho com a população local, e outros tantos que não puderam ser ecoados.

Qual a razão de tantos crimes? Que interesses estão em jogo? Interesses do lucro ou da preservação da humanidade?

Obviamente, a sociedade de consumo pode responder a essas inquietações, mas a resposta não é uma necessidade pontual, e sim, torna-se a chave para a mudança de rumo, principalmente nas civilizações ocidentais.

Atitudes que colocam em risco a sobrevivência de nossa própria espécie em prol de interesses individuais devem ser profundamente analisadas. Também a indignação ética, a solidariedade e o comprometimento da população podem amenizar a causa dos gritos que ecoam na floresta, ou melhor, no pouco que resta dela.

5.3 Conclusão

No decorrer deste trabalho dissertativo, buscou-se analisar as abordagens em educação na prática ambientalista dentro das organizações não governamentais, relacionado-as à formação do educador ambiental. Nesse sentido, o objetivo geral do trabalho foi: contribuir para a promoção da educação ambiental de forma séria, plena e comprometida dentro das ONGs, visando à melhoria ambiental e social através da avaliação das metodologias educacionais e da práxis dos educadores ambientais vinculados ao terceiro setor.

O problema da pesquisa atingiu várias dimensões. Uma delas deve-se ao fato de que muitas ações não atingem seus objetivos iniciais porque são exclusivamente ambientais ou técnicas, desconsiderando-se a educação da educação ambiental, isto é, desconsiderando o

preparo pedagógico que deveriam ter os educadores ambientais para conseguir sensibilizar, mobilizar ou, até mesmo, conscientizar a população da importância do meio ambiente.

Além de serem ações pontuais e imediatas, acabam sendo superficiais. A superficialidade, aliada à carência de subsídios teóricos _ em educação _ na formação de ativistas de organizações não governamentais, entre outros fatores, pode influenciar a maioria da população nas áreas de suas atuações. Isso pode levar a se interpretar a educação ambiental como simples procedimentos de preservação do ambiente, como, por exemplo, separação do lixo, economia de água ou plantio uma árvore.

A investigação, de cunho teórico-prático, visou à identificação e análise das abordagens *em educação* na prática ambientalista, bem como da formação, da militância e da práxis do educador ambiental ativista. Após uma retomada teórica da trajetória do movimento ecológico e do surgimento da educação ambiental, esta foi analisada a partir do pensamento de Paulo Freire para ampliar a compreensão pedagógica acerca do tema.

A pesquisa de campo foi direcionada aos educadores atuantes em três entidades de atuação direta na comunidade: Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas e Grupo Ecológico Guardiões da Vida, da região de Passo Fundo, e a Fundação MO'Ã – Estudos e Pesquisas para a Proteção e o Desenvolvimento Ambiental, da região de Santa Maria, todas no estado do Rio Grande do Sul.

Nesta parte do trabalho, retomam-se os aspectos suscitados pela pesquisa. O primeiro refere-se à ineficácia do processo educativo, revelada em muitas ações não integradas dentro de entidades ecológicas. Isso ocorre em razão do predomínio do caráter punitivo, como seqüela de um modelo tradicional de educação, de relações autoritárias quando se trata de crimes ambientais, ou, ainda, do tecnicismo presente nos discursos.

Observou-se também que educador ambiental apresenta um perfil variado, porém o eixo comum a todos é a sensibilidade ambiental, que independe de sua formação profissional, sendo o trabalho voluntário a concretude de sua paixão pela causa ecológica. Assim, o educador ativista está imerso num terreno de conflitos, inclusive decorrentes da própria condição da educação ambiental, quer seja multidisciplinar, interdisciplinar e até transdisciplinar, de acordo com uma visão holística e integrada.

Como não existe uma formação comum em educação aos educadores ambientais vinculados ao terceiro setor, muitos destes acabam se restringindo à formação ecológica e

técnica. Apesar das riquezas advindas de diversas áreas de formação técnica, são necessários conhecimentos pedagógicos, filosóficos e sociológicos para conseguir efetivar as ações educativas. Assim, corre-se o risco de reduzir o significado do termo “educador ambiental” apenas ao ambiental, pois, para se caracterizar como educador, precisa envolver uma práxis, uma sistematização, o processo de ação-reflexão-ação que deve nortear toda e qualquer ação, reconduzindo-a e replanejando novas ações. Então, pode-se observar a atuação de muitos ambientalistas, ecologistas e ativistas, porém educadores ambientais ainda estão em formação.

Outra dimensão do problema é a desqualificação que o termo “educação”, vem sofrendo nas últimas décadas pela indústria cultural através da mídia. Essa desqualificação, aliada aos interesses de multinacionais também se reflete no ambientalista, que é tachado muitas vezes de ecochato, ecolouco e biodesagradável. O voluntarismo e a falta de profissionalização também contribuem para esse quadro.

A radicalidade revela-se como elemento presente na luta ambientalista, ao mesmo tempo em que gera interpretações equivocadas do trabalho do educador ambiental, muitas vezes, impossibilitando o diálogo entre o educador ambiental e o educando. As ações prioritariamente em prol do “meio ambiente”, desconsiderando as relações sociais são extremos de radicalidade. Dessa forma, é importante ressaltar que a subjetividade também deve ser considerada como uma dimensão do ambiente, tornando o meio “social” ou socialmente construído, não somente restrito a meio “físico-natural”. Inclusive o meio tecnológico – científico - informacional ou “artificial”, deve fazer parte das ações e reflexões ambientalistas.

A diversidade de práticas e a desqualificação do processo, anteriormente citadas, conduzem a que seja necessário uma ancora teórica, porque a prática é a mola propulsora da educação ambiental. Porém, se não estiver ancorada em uma reflexão teórica através da formação continuada do educador, torna-se superficial e não efetiva transformação. Deve, acima de tudo, ser refletida e transformada em práxis, para, então, possibilitar ou promover a educação ambiental. A práxis é a chave do processo de transformação socioambiental e envolve o cotidiano do educador, suas relações com os educandos e com o meio. Isso pode ser observado na fábula relatada abaixo, em que o ambientalista é incitado a refletir sobre sua interação com o meio e reconstruir sua práxis.

“Certa vez, um ambientalista estava desenvolvendo um trabalho de campo e observou uma linda borboleta. Achou-a tão exótica que a seguiu até seu pouso numa árvore. Parou muito próximo da espécie lepidóptera e falou:

_ Ó borboleta, o que fazes aí?

Obviamente, que a borboleta não o respondeu e ainda sentiu-se intimidada. Levantou vôo, mas no local de seu pouso ficaram alguns pontinhos coloridos – os ovos. O ambientalista sentou na frente dos ovos e por ali ficou. Caiu a noite, amanheceu, veio a chuva e ali estava o ambientalista, observando... Até que de repente, os ovos eclodiram e surgiram no lugar muitas lagartas. As lagartas devoraram o que existia em seu meio, corroeram as folhas e o tronco com voracidade. E o ambientalista permanecia observando.

Num outro momento as lagartas empuparam, esconderam-se dentro das crisálidas, fechadas em si mesmas. Não destruíam, não se agitavam, o silêncio era espantoso. Após alguns dias, romperam-se as crisálidas e delas saíram lindas borboletas, lagartas irreconhecíveis por suas asas e cores, mas iguaizinhas a primeira borboleta seguida pelo ambientalista.

O observador, feliz porque poderia ter novamente uma chance de conversar com a linda lepidóptera. Correu para junto de uma e disse:

_ Agora você não escapa. Dize-me: ó borboleta o que fazes aí?

A borboleta resolveu aquietar o coração daquele que dedicou muito tempo a lhe observar e respondeu:

_ Durante grande parte de minha vida (lagarta) passei degradando o meio no qual vivi. De repente caí em mim e mergulhei em profunda reflexão (pupa). Agora que criei asas (adulta), só quero sugar o néctar dos deuses e plantar a vida.

Após ouvir a sábia borboleta, o ambientalista, voltou a si próprio e passou a ressignificar sua prática.”

Pode-se estender essa reflexão à trajetória da humanidade no planeta Terra. Durante algum tempo, guiados pelo “desenvolvimento a qualquer custo”, principalmente na “modernidade”, muitos seres humanos revelaram seu estágio larvário – viveram como lagartas, degradando e destruindo seu meio com voracidade. Porém, acredita-se que isso foi uma etapa da evolução da espécie.

A educação ambiental vem a ser a crisálida, a capa de proteção que possibilita a reflexão do ser humano para reconduzir suas ações e interações com o meio e com os outros seres

humanos. Depois de longas discussões sobre a educação ambiental, é possível que a crisálida seja rompida. Que os seres humanos criem asas, e que essas os conduzam para um novo momento, um momento de liberdade, de uma nova ação.

Para finalizar pode-se pensar que essa nova ação livre seja de apenas querer sugar o néctar dos deuses e plantar a vida, como fez a sábia lepidóptera. A práxis gerada nesse processo conduz o olhar para dentro de si, para o outro e para o meio, redirecionando o processo pedagógico, social e ambiental, contribuindo para a tão sonhada sustentabilidade planetária. Diante disso, o fato de a pesquisadora emergir do movimento ecológico, estruturado nas ONGs, levou a que o processo metodológico também ressignificasse a sua prática, tendo como resultado uma nova interpretação do trabalho e a sua reconstrução, destinando ao cotidiano dos educadores ambientais, através da obra “Educação Ambiental para as Crianças e seus Mestres”²⁷.

Essa reconstrução possibilitou a efetivação do objetivo proposto, que foi de contribuir para a promoção da educação ambiental de forma séria, plena e comprometida dentro d visando à melhoria ambiental e social pela avaliação das metodologias educacionais e dos educadores ambientais vinculados ao terceiro setor.

²⁷ Educação ambiental para as crianças e seus mestres: livro com caráter didático-pedagógico, elaborado pela autora da dissertação com o auxílio do orientador Elli Benincá.

REFERÊNCIAS

- ABONG. Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. Disponível em <<http://www.abong.org.br/novosite/institucional/abong.asp>> Acesso em: set. 2005.
- AGUIAR, Roberto Armando Ramos de. *Direito do meio ambiente e participação popular*. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. – Brasília: Ibama, 1994.
- ALVES, Rubem. *Conversas com quem gosta de ensinar*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1981.
- ANDRADE, Sueli Amália de. *Educação ambiental: curso básico à distância: questões ambientais: conceitos, história, problemas e alternativas*. Brasília: MMA, 2001.
- BENINCÁ, Elli. *O senso comum pedagógico: práxis e resistência*. Tese (Doutorado em Educação). UFRGS, Porto Alegre, 2002.
- _____; CAIMI, Flávia Eloísa. *Formação de professores: um diálogo entre a teoria e a prática*. 2.ed. Passo Fundo: UPF, 2004.
- BOLGUESE, Maria Sílvia. *Sobre ética. Muda o mundo Raimundo!: Educação ambiental no ensino básico do Brasil*. Brasília: WWF, 1997.
- BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- BRASIL. Comissão Interministerial da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano. Rio de Janeiro: *Governo Federal*, 1992.
- _____. Constituição Federal Brasileira, 1988.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde / Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília, 1997.

- CARRASCO, Lorenzo. *Máfia verde: o ambientalismo a serviço do governo mundial*. Disponível em: <http://www.alerta.inf.br/conteudo/mafia_verde.htm> Acesso em set. 2005.
- CARVALHO, Isabel Cristina Moura. *A crise ambiental em tempos de globalização: implicações para a gestão*. Brasília: Ibama, 2000.
- _____. *A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. Porto Alegre: Ed Universidade/ UFRGS, 2001.
- CRUZ, Daniel. *Ciências e educação ambiental* (de 5ª a 8ª Série). São Paulo: Ática, 2000. 4v.
- FLEURI, Reinaldo Matias. *Educar para quê?: Contra o autoritarismo da relação pedagógica na escola*. 5.ª ed. – São Paulo; Cortez; Uberlândia, MG: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 1991.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. 165p
- _____. *Pedagogia da esperança*. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. 40. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- _____. *Research methods*. In: International Institute for Adult Literacy. Paulo Freire: Literacy through conscientization. Dar-es-Salaam. International Institute for Adult literacy, 1974.
- GAMBOA, Silvio Sánchez. *Pesquisa educacional: quantidade-qualidade*. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2001.
- _____; SANTOS FILHO, José Camilo dos. *Fundamentos para la investigación educativa: presupuestos epistemológicos que orientam al investigador/ Silvio Sánchez Gamboa*. – Santa Fe de Bogotá: Cooperativa Editorial Magisterio, 1998.
- GATTI, Bernadete Angelina. *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. Brasília: Plano, 2002. 87 p.
- GUATARRI, Félix. 1989. *As três ecologias*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1990.
- GUERRA, Marcos. *Educação como prática política. Muda o Mundo Raimundo!:* Educação ambiental no ensino básico do Brasil. Brasília: WWF, 1997.
- LEITE, Ana Lúcia Tostes de Aquino. *Educação ambiental: curso básico à distância: questões ambientais: conceitos, história, problemas e alternativas*. Brasília: MMA, 2001.
- MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.

- _____. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- MEDINA, Naná Mininni; SANTOS, Elizabeth da Conceição. *Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- _____. Curso básico à distância: questões ambientais: conceitos, história, problemas e alternativas. Brasília: MMA, 2001.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Sete saberes necessários à educação de adultos*. Vozes: São Paulo, 1997.
- PROENÇA, R. P. C. *Ergonomia e organização do trabalho em projetos industriais: uma abordagem no setor de alimentação coletiva*. Dissertação (Mestrado em Ergonomia), PGEF/UFSC: Florianópolis: 1993.
- QUINTAS, José Silva. *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. Brasília: Ibama, 2000.
- REIGOTA, Marcos. *Educação ambiental e cidadania: variações sobre o mesmo tema. Muda o Mundo Raimundo!: Educação ambiental no ensino básico do Brasil*. Brasília: WWF, 1997.
- _____; POSSAS, Raquel; RIBEIRO, Adalberto. *Trajetórias e narrativas através da educação ambiental*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- REZENDE, Conceição A. P. *As organizações não governamentais (ONGs): o que são elas?* Disponível em: <http://www.pfilosofia.pop.com.br/07_leituras_cotidianas/20050103a_a_gestao_no_terceiro_setor.htm - 27k> Acesso em: ago.2005
- ROCHA, José Salles Mariano da. *Educação ambiental técnica para os ensinos fundamental, médio e superior*. Brasília: Abeas, 2001.
- SAITO, Carlos Hiroo. *Gestão de bacias e participação*. Educação Ambiental: Curso Básico à Distância: questões ambientais: conceitos, história, problemas e alternativas. Brasília: MMA, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 1994.
- SORRENTINO, Marcos. *Crise ambiental e educação*. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Brasília: SAIN, 2000.
- THAINES, Eliane. Educação ambiental via movimento ecológico no Brasil e suas bases nas Políticas Educacionais. *Educação em Construção*. Passo Fundo, Ano 2, n. 4, p.47 – 54, jan/abril, 2005.

_____. *Educação ambiental para as crianças e seus mestres: guia de práticas ao educador*. Passo Fundo: Berthier, 2006.

VELA, Hugo; PEREIRA, Jane. *Pensamento e prática em educação ambiental: O Caso de Paraíso do Sul – RS*. Imprensa Universitária: Santa Maria, 2000.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa – ação*. 10. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2000.

ANEXOS

Anexo A. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Participante

Nome Sr (a). _____

Idade _____ Sexo _____ de naturalidade _____

Domiciliado em _____

De profissão _____,

foi informado detalhadamente sobre a pesquisa intitulada “Abordagens em educação na prática ambientalista das Organizações Não Governamentais”.

O (a) Sr. (a) foi plenamente esclarecido de que, ao responder às questões que compõem esta pesquisa, estará participando de um estudo de cunho acadêmico, que tem como objetivo conhecer e identificar as abordagens em educação ambiental ligadas ao terceiro setor.

Foi esclarecido ainda que, por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro, o (a) Sr.(a) não terá direito a nenhuma remuneração. A participação na pesquisa não incorrerá em riscos ou prejuízos de qualquer natureza.

A coleta de dados para a pesquisa será desenvolvida através de entrevistas individuais, garantindo-se a privacidade e a confidência das informações e será realizada pela mestrandia Eliane Thaines, sob a orientação do Prof. Elli Benincá.

Passo Fundo (RS) _____ de _____ de 2005.

Assinatura (de acordo)

Participante do Estudo.

Anexo B. Instrumento de pesquisa – modelo de entrevista semi-estruturada

PARTE I) PERFIL DO EDUCADOR AMBIENTAL:

1. Identificação: Sexo M F Idade_____
2. Formação: ensino fundamental ensino médio ensino superior
 pós graduação lato sensu mestrado doutorado pós-doutorado
3. Profissão:_____
4. Há quanto tempo trabalha com educação ambiental?_____
5. Há quanto tempo atua na ONG?_____
6. Recebe alguma remuneração na entidade? sim não algumas vezes
7. Desempenha trabalho voluntário? sim não algumas vezes
 - a) Quais atividades?
 - b) Periodicidade_____
8. Já participou de cursos de formação em educação ambiental? sim não
9. E de cursos de formação pedagógica? sim não

PARTE II) ABORDAGENS EM EDUCAÇÃO NA PRÁTICA AMBIENTALISTA:

10. O que entende por educação ambiental no terceiro setor?
11. Descreva a principal ação em EA de que participa ou participou na ONG:
12. Considerou essa prática eficaz frente ao objetivo proposto ou ao problema detectado?
 muito suficiente pouco nada
 - a) Como se deu o planejamento?
 - b) Houve uma reflexão – ação posterior?
 - c) Quais os suportes teóricos ou pensadores da educação que serviram para o embasamento?
13. Cite os principais desafios do trabalho de EA em ONGs:
14. Quais suas perspectivas e sugestões para o educador ambiental no terceiro setor?

Anexo C. Recorte da Lei nº. 3121/96



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO — SMA
 DIVISÃO DE EXPEDIENTE

Lei nº 3121/96 - fl. 04

Art. 11 - A realização do corte ou da poda à vegetação urbana, nas vias e logradouros públicos, com base no artigo 112, do Código de Obras do Município, mantém-se ao encargo dos funcionários técnicos da Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único - Em caso de emergência, a medida poderá ser tomada pelos membros do Corpo de Bombeiros e funcionários da CEEE.

Art. 12 - O uso de fungicida, inseticida ou herbicida, no tratamento das plantas, nas vias e logradouros públicos, somente poderá ocorrer sob a indicação do COMAU.

Parágrafo Único - A aplicação caberá a pessoas especialmente treinadas, sob a supervisão do COMAU ou por pessoas indicadas pelo mesmo.

Art. 13 - Sem prévia autorização do COMAU, é vedada a utilização de árvores situadas nos logradouros públicos, como suporte ou apoio:

- I - na colocação de cartazes e anúncios;
- II - na instalação de objetos de qualquer natureza.

Parágrafo Único - É vedada a pintura de troncos de árvores.

Art. 14 - O Plano Geral de Arborização Municipal poderá contemplar outros cuidados a serem tomados com a vegetação urbana, devendo os casos omissos serem resolvidos pelo Conselho Municipal de Arborização Urbana.

CAPÍTULO V

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 15 - As pessoas físicas ou jurídicas que infringirem as disposições da presente Lei, ou de seu regulamento, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

I - multa entre 01 a 20 BCPs, no caso de plantio, poda, danificações ou suspensão da vegetação, em desacordo com as prescrições da presente Lei ou Plano Geral de Arborização;

II - multa entre 10 e 100 BCPs, para o caso de implantação de projeto de arborização, em loteamento ou desmembramento, em desacordo com a orientação da presente Lei ou do Plano Geral de Arborização;

III - multa entre 01 a 03 BCPs, sem prejuízo das sanções administrativas, para o funcionário da administração pública que se omitir em colher o parecer do COMAU, nas hipóteses previstas nesta Lei;

IV - multa entre 01 e 03 BCPs, para o caso de violação ao disposto no artigo 14 da presente Lei.

§ 1º - Incidirá nas penas previstas no Inciso I do presente artigo, aquele que, por meios mecânicos, físicos ou químicos, venha a contribuir para a perda parcial ou total da vegetação arbórea ou arbustiva.

Segue fl. 05